



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB
COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DE PROGRAMAS ESPECIAIS – CIPE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – SEAD/UEPB
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE ADMINISTRADORES PÚBLICOS -
PNAP/UEPB/UAB
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA

BRUNO CAVALCANTE DE VASCONCELOS

O PROGRAMA AGROAMIGO DO BNB:
na visão dos usuários do município do Conde – PB

JOÃO PESSOA
2012

BRUNO CAVALCANTE DE VASCONCELOS

**O PROGRAMA AGROAMIGO DO BNB:
na visão dos usuários do município do Conde – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à avaliação do Programa Nacional de Formação de Administradores Públicos da Universidade Estadual da Paraíba - PNAP/UEPB/UAB para análise e parecer com fins de obtenção do título de Especialista em Gestão da Organização Pública da referida instituição.

Orientadora: Profa. Dra. Cleomar Felipe Cabral Job de Andrade

**JOÃO PESSOA
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL-UEPB

V331p Vasconcelos, Bruno Cavalcante de.

O programa agroamigo do BNB: na visão dos usuários do Município do Conde - PB [manuscrito] / Bruno Cavalcante de Vasconcelos. – João Pessoa, 2012.

66 f.il: color

Monografia (Especialização em Gestão da Organização Pública) - Universidade Estadual da Paraíba, Coordenação Institucional de Projetos Especiais - CIPE, 2012.

“Orientação: Profª Dra. Cleomar Felipe Cabral Job de Andrade”.

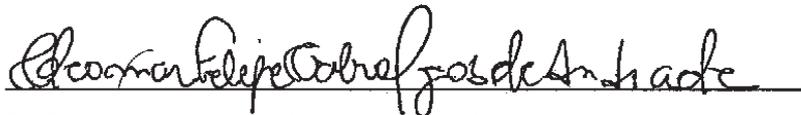
1. Microcrédito. 2. Desenvolvimento. 3. Qualidade de vida. I. Título.

21. ed. CDD 332.32

BRUNO CAVALCANTE DE VASCONCELOS

**O PROGRAMA AGROAMIGO DO BNB:
na visão dos usuários do município do Conde – PB**

Monografia aprovada em: ____/____/____.



Profa. Dra. Cleomar Felipe Cabral Job de Andrade – Orientadora



Prof. Msc. Orleans Silva Martins - Membro



Prof. Msc. Giulianne Chrishina Barros dos Anjos - Membro

RESUMO

O microcrédito se apresenta como uma importante ferramenta no combate a pobreza pelo mundo. No Brasil, várias organizações se dedicam a conceder pequenos créditos a micro empreendedores, a exemplo do BNB – Banco do Nordeste do Brasil, instituição estudada. De forma, que o presente trabalho teve como objetivo principal discutir a qualidade de vida dos empreendedores financiados pelo programa de microcrédito AgroAmigo. Tratou-se de um estudo analítico, de abordagem quantitativa e qualitativa, que oportunizaram ao pesquisador uma maior compreensão acerca das vivências dos indivíduos pesquisados. A pesquisa se desenvolveu no município do Conde – PB, com 43 indivíduos titulares do crédito concedido pela instituição, por meio da aplicação de um questionário que deteve de perguntas abertas e fechadas e observações de campo. Pelos dados coletados foi possível a construção do perfil dos usuários do Programa, bem como avaliar as características percebidas em relação à qualidade de vida. Entre os principais resultados percebidos têm-se que a amostra é composta em sua maioria por mulheres entre 18 e 39 anos, agricultoras, casadas e que dividem suas atividades trabalhistas com seus cônjuges. São pessoas com renda de até R\$ 705,00 e que financiaram até R\$ 2.500,00 junto à organização. O aumento do capital foi apontado como principal vantagem, enquanto que o prazo para quitação do empréstimo se diagnostica como uma desvantagem a ser melhorada. Apesar da condição de renda ter sofrido melhoria, segundo os usuários, esse ganho não foi suficiente para uma mudança de classe econômica e na qualidade de vida, conforme as demais variáveis pesquisadas (educação, saúde, lazer, aquisição de bens móveis e imóveis) que permaneceram entre inalteradas ou sofreram pequenas mudanças.

Palavras-chave: Microcrédito. Desenvolvimento. Qualidade de vida.

ABSTRACT

Microcredit is presented as an important tool in fighting poverty around the world. In Brazil, several organizations are dedicated to provide credit to micro entrepreneurs, like the BNB – Banco do Nordeste do Brasil, the institution studied. In order that the present work aimed to discuss the quality of life of the entrepreneurs financed by the program of microcredit Agroamigo. It was an explicative and analytical study with quantitative and qualitative approach that gave the researcher a clearer understanding of the experiences of individuals surveyed. The research was developed in the city of Conde - PB with 43 individuals owners of credit granted by the institution, using a survey with subjective and objective questions. The data collected made it possible to build the profile of the sample and determine the perceived characteristics and the Agroamigo performance and, finally, measures levels of quality of life. Among the key results perceived it was observed that the sample is composed mostly of women between 18 and 39 years, farmers and married who share their labor activities with their husbands. They are people of modest incomes who earn up to R\$ 705,00 and have funded up to R\$ 2.500,00 via microcredit program. The increase in capital funding was indicated as the main advantage for customers, while the deadline of the funding is diagnosed as a disadvantage to be improved. The income conditions were a major point of improvement for the quality of life of these people. The other variables remained unchanged or suffered minor changes as noted in the study. Finally, we present the final considerations and references that guided the study described here.

Keywords: Microcredit. Development. Quality of life.

LISTRA DE QUADROS

Quadro 01: Organizações que operam com Microcrédito no Brasil-----	18
Quadro 02: IDH nos municípios paraibanos participantes do Programa AgroAmigo -----	28
Quadro 03: Outros índices dos municípios paraibanos participantes do Programa AgroAmigo -----	29
Quadro 04: Relação dos filhos e nível de instrução-----	40
Quadro 05: Análise comparativa da renda antes e depois da adesão ao Programa -----	49
Quadro 06: Bens de consumo adquiridos pós-adesão ao Programa -----	51

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa da Paraíba destacando o município do Conde -----	14
Figura 02: Microrregiões do município pesquisado-----	15

LISTRA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Sexo do participante -----	33
Gráfico 02: Idade dos participantes-----	34
Gráfico 03: Atividade exercida pelo participante -----	36
Gráfico 04: Estado civil dos participantes-----	37
Gráfico 05: Faixa etária dos cônjuges-----	38
Gráfico 06: Trabalho do cônjuge -----	38
Gráfico 07: Quantidade de filhos -----	39
Gráfico 08: Atividades desenvolvidas pelos filhos-----	41
Gráfico 09: Faixa de renda dos participantes -----	43
Gráfico 10: Faixa de valor do investimento financiado -----	44
Gráfico 11: Vantagens após adesão ao Programa AgroAmigo-----	45
Gráfico 12: Devantagens após a adesão do Programa AgroAmigo-----	46
Gráfico 13: Condições concernentes aos equipamentos-----	47
Gráfico 14: Condições de renda pós-adesão ao Programa AgroAmigo-----	48
Gráfico 15: Maquinários e animais pós-adesão ao Programa AgroAmigo -----	50
Gráfico 16: Bens e imóveis pós-adesão ao Programa AgroAmigo -----	51
Gráfico 17: Condições de lazer pós-adesão ao Programa AgroAmigo-----	52
Gráfico 18: Tipos de lazer pós-adesão ao Programa AgroAmigo -----	53
Gráfico 19: Realidade dos filhos pós-adesão ao Programa AgroAmigo -----	54
Gráfico 20: Condições de saúde pós-adesão ao Programa AgroAmigo-----	54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 O MUNICÍPIO DO CONDE – PB: CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS E SÓCIOECONOMICAS	14
3 CONCEITOS E METODOLOGIA	17
3.1 O MICROCRÉDITO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	17
3.2 QUALIDADE DE VIDA E A PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS	22
3.3 CONSTRUINDO OS CAMINHOS DA PESQUISA	26
4 A QUALIDADE DE VIDA DOS EMPREENDEDORES FINANCIADOS PELO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO AGROAMIGO DO BNB	33
4.1 O PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	33
4.2 AS CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA AGROAMIGO NO CONDE	43
4.3 A ATUAÇÃO DO PROGRAMA AGROAMIGO SOBRE A ATIVIDADE DO MICROEMPREENDEDOR DO CONDE	45
4.4 OS INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA PÓS-ADESÃO AO PROGRAMA AGROAMIGO	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	58
ANEXO	62

1 INTRODUÇÃO

De acordo com informações disponíveis no site do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)¹, foi apenas na metade da década de 1990, que o conceito de microcrédito ganhou mais espaço e passou a ser mais difundido no Brasil, de forma que algumas agências oficiais passaram a praticar essa modalidade financeira, assim como organizações não governamentais.

Desde o ano de 1996, o BNDES deu início às atividades de microcrédito no Brasil, por meio de parcerias com as Organizações Não-Governamentais (ONG's) e Sociedades de Crédito ao Microempreendedor, que são bancos privados de pequenos portes.

Dantas (2005) afirma que mesmo existindo esta atividade no Brasil desde 1973, foi só a partir de 1999 que grandes mudanças ocorreram no setor. Para exemplificar pode-se citar a Lei nº. 9.790/1999, que possibilitou a ONG de microcrédito a possibilidade de realizar um trabalho qualificado, a exemplo da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e ainda propiciou um aumento da capacidade de operação em relação ao acesso dos recursos públicos através do uso de Termos de Parceria.

Além disso, no período demarcado, entre os anos de 1995 e 1999, foram desenvolvidos estudos que embasaram a construção de um marco legal e regulatório, tendo o apoio do Conselho da Comunidade Solidária. Foram ainda expedidas Medidas Provisórias, 1.914/1999 e 1.894/1999, que estabeleceram as linhas gerais de atuação da atividade no Brasil.

O Banco do Nordeste oferece, entre as mais diversas linhas de crédito, o CrediAmigo e o AgroAmigo, ambos pertencentes ao grupo de financiamentos de microcrédito produtivo e orientado, no meio urbano e rural. Outras instituições públicas e privadas trabalham também no âmbito do microcrédito no Brasil.

Este estudo prioriza saber sobre o Programa AgroAmigo, um programa de microfinança rural do Banco do Nordeste – BNB, que atende no Brasil a milhares de agricultores que trabalham com a agricultura familiar.

Finatto e Salamoni (2008) aludem que a agricultura familiar se desenvolve baseada na quantidade de mão-de-obra relativa à família empregada assim como à diversidade dos produtos oferecidos para o pronto atendimento das demandas do mercado consumidor interno e externo. Essa é a razão pela qual esses agricultores são considerados como parte essencial

¹ Site do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso: 10 mar. de 2012.

da produção de alimentos tanto em razão da comunidade rural, quanto dos indivíduos que vivem nos grandes centros urbanos.

No nordeste brasileiro, as atividades rurais, divididas entre extrativismo, pecuária e, principalmente, a agricultura familiar, são realizadas por membros que compõem as famílias (estas utilizam quase que praticamente a mão-de-obra dos seus integrantes, exceto quando eles não têm condições de participar das atividades de negócio). Ocasionalmente o trabalho é terceirizado a um empregado de fora da esfera familiar. A participação dos membros nas atividades desenvolvidas independe do sexo e da idade dos componentes, de forma que é bastante comum a adesão das mulheres, de crianças (desde sete ou mais anos de idade) e de pessoas idosas (em uma menor proporção que os demais componentes), os adultos homens e mulheres.

O Programa AgroAmigo tem como finalidade prestar melhorias econômicas e sociais do agricultor familiar que possua renda baixa (independente do sexo e de outras variáveis do perfil). A abrangência do Programa corresponde aos estados do Nordeste indo até ao norte de Minas Gerais, através de uma metodologia própria, que tem como característica principal a presença do Assessor de Microcrédito Rural nas comunidades, a concessão de crédito orientado e acompanhado.

Dentro desta perspectiva, tem-se que o programa oferecido pelo BNB é um agente fomentador para o desenvolvimento da economia em inúmeros municípios nordestinos, priorizando a assistência aos agricultores que se dedicam a agricultura familiar.

Neste sentido, o presente estudo pretende analisar os impactos do Programa AgroAmigo como política de desenvolvimento, alternativa da política pública, a partir dos empreendedores beneficiados do Estado da Paraíba, verificando se o programa citado oferece melhorias para a renda dos beneficiários e, além disso, buscou-se observar até que ponto o programa é capaz de gerar mudanças na qualidade de vida destes indivíduos.

A problemática deste estudo refletiu sobre seguinte assertiva: Como os empreendedores e usuários do Programa AgroAmigo residentes no município do Conde percebem as mudanças relativas à qualidade de vida após a sua inserção no Programa?

Conforme Guareschi et al. (2004 apud ARAÚJO; LIMA, 2008), o conceito de políticas públicas ou políticas sociais se designa aos princípios da administração, ciência social aplicada que orientada para a tomada de decisões dos assuntos públicos, políticos ou das coletividades. Desse modo, as políticas públicas compreendem o conjunto de ações coletivas que são criadas para dar garantia ao cumprimento dos direitos sociais, se

configurando, desta maneira, como um compromisso público que visa promover o entendimento de determinada demanda de uma área.

A importância desta pesquisa foi dada no sentido do próprio conceito que envolve o microcrédito, uma vez que é uma modalidade que busca promover o bem estar social e aumentar os índices de qualidade de vida.

O microcrédito geralmente é apresentado como um instrumento relevante para o combate à pobreza, sendo uma forma potencial de reduzir as desigualdades sociais, assim como promover o estímulo ao desenvolvimento econômico. Nessa pesquisa foi abordado o microcrédito buscando estabelecer a sua importância como agente de desenvolvimento econômico em comunidades carentes localizadas na Paraíba.

Essa discussão que envolve a necessidade de se combater os níveis de pobreza, assim como também seus efeitos e ações corretivas, causas, ações preventivas, é parte relevante do debate político e por isso se manifesta na vivência acadêmica, principalmente em países em desenvolvimento e que possuem uma grande desigualdade social, a exemplo do Brasil. (DINIZ, 2000; AMARAL FILHO, 2001).

Não se teve aqui como meta fundamental a discussão sobre as questões e os conceitos que envolvem a pobreza, mas também não se pode deixar de reconhecer que a sua superação se torna um dos focos que norteiam toda a ação política e econômica vigente no país.

Dentro dessa orientação descrita por Diniz (2000) e Amaral Filho (2001), citados acima, a superação dos níveis de pobreza é viabilizado por meio de duas vertentes: a primeira delas é dada através do crescimento econômico, a via mais usual e comum que propicia o funcionamento normal da economia sob as condições consideradas adequadas. A segunda variável ocasiona as políticas públicas ou programas sociais, que são orientadas para a correção e a minimização das falhas do sistema econômico.

Vale aqui salientar que diferentemente dos demais empréstimos, o microcrédito, aqui estudado, é produtivo e orientado, ou seja, é oferecido para os indivíduos que aplicaram o dinheiro em um negócio, e que necessitam do financiamento, mas também de uma assessoria técnica, na qual o assessor, um agente de créditos, oferece orientações a este empreendedor de pequeno porte, a exemplo de noções de como gerenciar um negócio.

No ano de 2011, os bancos públicos reservaram a quantia de R\$ 654,5 milhões, destinada ao financiamento de empreendedores informais (pessoas físicas), empreendedores individuais e microempresas que detivessem faturamento máximo de 120 mil reais/ano, conforme se encontra descrito no site do Ministério do Trabalho e Emprego (MET).

A pesquisa buscou destacar o entendimento sob a ótica dos usuários do programa, situados no município do Conde na Paraíba, sem que isso tenha influências dos resultados apresentados pelas instituições financeiras fomentadoras dos créditos e diretamente envolvidas no processo.

Para analisar os impactos do Programa AgroAmigo como política de desenvolvimento a partir dos empreendedores beneficiados do município do Conde - PB, se fez necessário refletir acerca das seguintes questões:

- Em que se baseia a atuação do Programa, analisando-o enquanto uma política de desenvolvimento?
- Como o programa auxilia no desenvolvimento do empreendedor na esfera do Estado da Paraíba?
- Quais as mudanças o programa proporciona na qualidade de vida a partir da visão dos beneficiários?

Este estudo encontra-se dividido em capítulos para melhor orientação ao leitor. Assim, após a introdução apresenta-se o segundo capítulo, no qual foi apresentado o campo empírico do estudo e as variáveis que envolvem o município pesquisado em função de suas características geográficas e socioeconômicas, que compõem a vida das comunidades dessa região.

Os aspectos conceituais e metodológicos compuseram o terceiro capítulo da monografia. Foram discutidos brevemente os conceitos que envolvem o microcrédito no Brasil, a questão das políticas públicas no Brasil, bem como um quadro das principais instituições que atuam na criação de linhas de crédito destinadas a auxiliar indivíduos com renda diminuta.

Foi ainda tratado outro ponto no terceiro capítulo: a qualidade de vida, sendo evidenciado como ponto de partida a percepção dos sujeitos. A partir daí que se pode nortear a pesquisa, bem como a forma como os indivíduos tendem a assinalar sobre suas condições e qualidade de vida. Os pontos aqui tratados serviram também como auxílio na construção das estratégias de pesquisa de campo. Desse modo, foram desenvolvidos os caminhos da pesquisa no qual se denotaram os procedimentos metodológicos que serviram como base.

O quarto capítulo foi voltado para apresentação e análise dos resultados obtidos junto aos beneficiários do programa de microcrédito AgroAmigo do BNB no Conde-PB. Observou-se a qualidade de vida a partir da visão dos empreendedores em relação às várias esferas de suas vidas (saúde, trabalho, educação, lazer, entre outros. De forma que inicialmente buscou-

se determinar o perfil dos participantes da pesquisa e, em seguida, as características do empréstimo obtido pelos sujeitos do estudo.

Os dois pontos seguintes deram embasamentos para o entendimento acerca da atuação do Programa AgroAmigo sobre os negócios que são praticados pelos participantes da pesquisa e sobre as demais esferas de suas vidas, com o propósito de perceber até que ponto houve mudança na qualidade de vida dos sujeitos. De acordo com os resultados foi possível denotar que, mesmo ocorrendo melhoria na renda, a qualidade de vida sofreu poucas alterações, que torne possível afirmar que o programa é vetor de mudanças nas condições e qualidade de vida destes sujeitos.

2 O MUNICÍPIO DO CONDE – PB: CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS E SÓCIOECONOMICAS

O distrito do Conde foi criado em 1768. É parte integrante do Estado da Paraíba, divisão administrativa referente ao ano de 1911. Até 1920, dentro dos quadros de apuração do recenseamento geral, o município figurava o distrito do Conde de Pitimbu. Foi em 1930, por meio da Lei Estadual de nº. 700, que o distrito passou a fazer parte do município de João Pessoa. Em 1933, o distrito passou a ser chamado Conde e permaneceu veiculado ao município de João Pessoa.

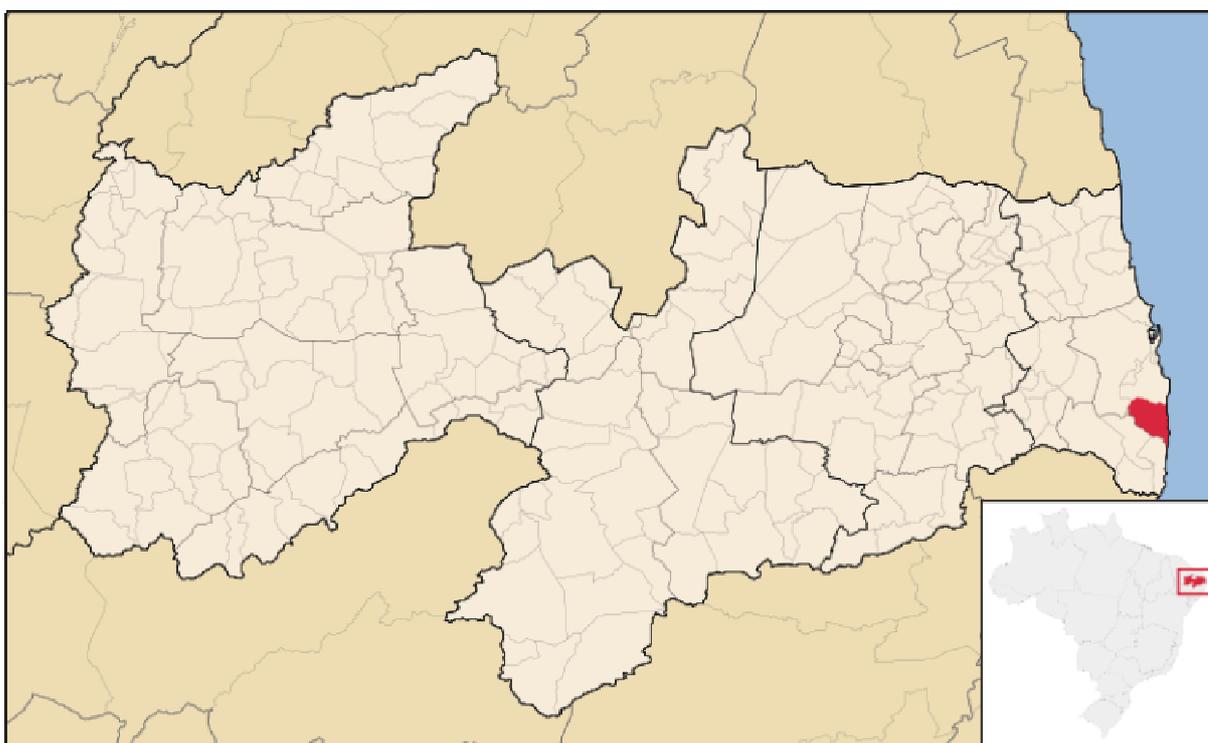


Figura 01: Mapa da Paraíba destacando o município do Conde
Fonte: Wikipedia² (2012)

No ano de 1963, por meio da Lei de nº 3.107, pelo então Governador Pedro Moreno Gondim, o Conde foi desmembrado da capital do Estado, João Pessoa.

Em dados gerais, segundo o IBGE CIDADES³ (2007), o município possui 173 Km², o que significa 0,29% da área total da Paraíba. Ao seu limite norte encontra-se a cidade de João Pessoa; a oeste, Santa Rita e Alhandra; ao sul, Pitimbu e a leste, o Oceano Atlântico.

² Mapa da Paraíba destacando o Município do Conde. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Paraiba_Municip_Conde.svg>. Acesso em: 10 mai. 2012.

³ IBGE CIDADES destacando o Município do Conde. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=250460#>>. Acesso em: 10 mai. 2012.

A localização dentro da região é definida na mesorregião da Mata Paraibana, microrregião de João Pessoa, o que integra, desta forma, os municípios que formam a grande João Pessoa. O Conde está localizado a 16,9 Km da capital, no distrito de Jacumã, uma área litorânea que possui uma intensa atividade turística.

Foram contatados beneficiários do microcrédito nas seguintes regiões do município: Assentamentos Rurais, Mata da Chica, Garapú e Gurugi, que podem ser observadas na figura 02 a seguir.

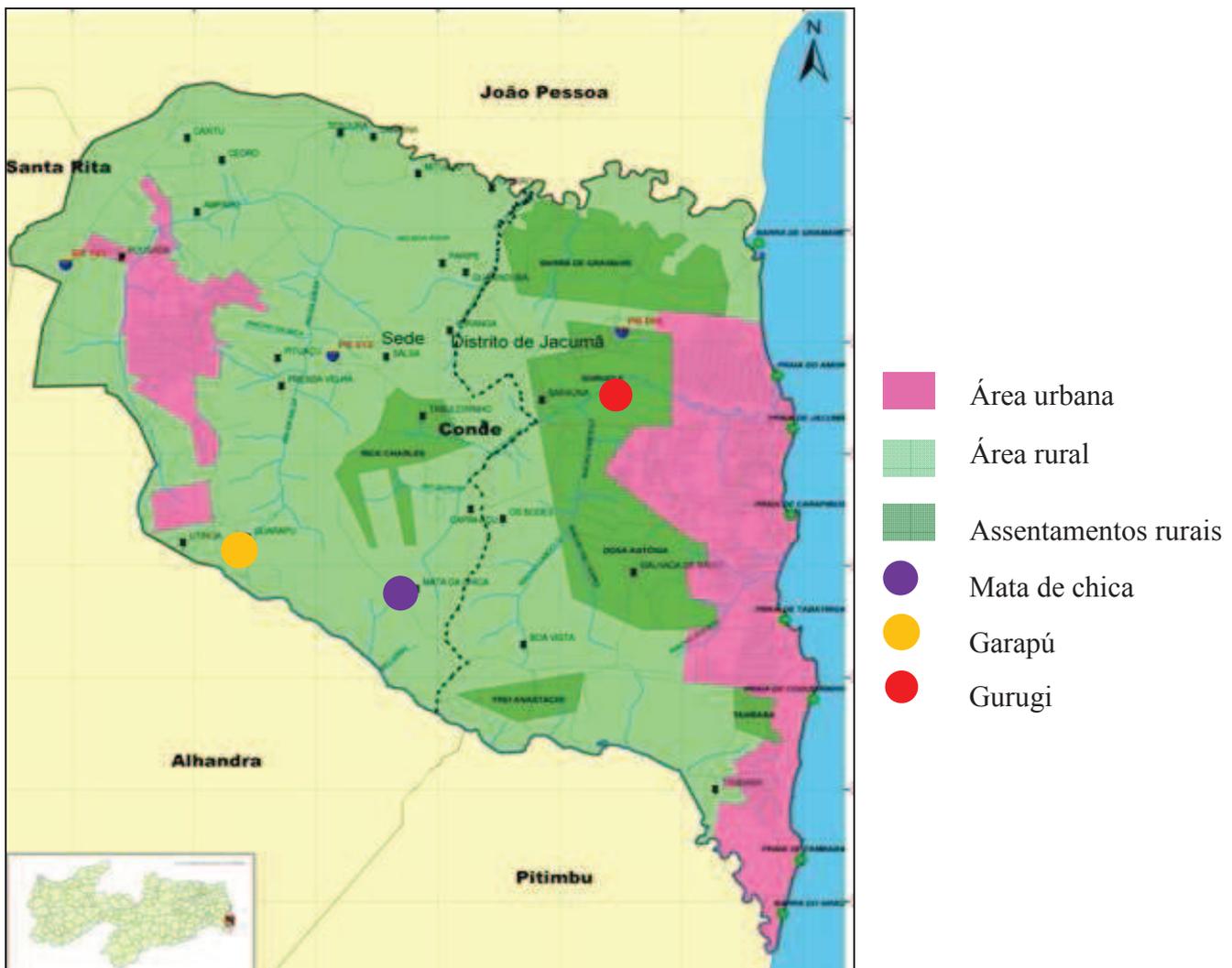


Figura 02: Microregiões do município pesquisado

Fonte: Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Conde

Para ter acesso ao município é possível fazê-lo por duas vias asfaltadas, a PB 018, que liga a BR 101 à sede municipal, prosseguindo, a referida via, até o Distrito de Jacumã. O segundo acesso dá-se pela PB 008, via litorânea, que liga as orlas de João Pessoa e do Conde. Ambas estradas se interconectam na entrada do Distrito de Jacumã, no sentido Norte/Sul.

A população foi contabilizada em 16.413 habitantes no ano de 2000. O censo demográfico de 2010 (IBGE) constatou uma população de 20.849 habitantes. Os agentes de saúde trabalham diretamente com todas as famílias residentes no Conde. Do total da população, 37,45% estão alocados na zona rural, os demais (62,55%) residem em zona urbana.

Vale também destacar os indicadores do município apontados por dados do IBGE e publicados pelo Governo do Estado da Paraíba (2010). De acordo com a fonte, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da localidade é de 0,613, médio. O Produto Interno Bruto (PIB) é de 204.121 mil reais e o PIB per capita é de R\$ 10.112,00.

Dentre os aspectos econômicos o Conde é classificado entre os municípios de porte médio na conjuntura da economia paraibana. Entretanto, é fato que a maior parte da sua parcela populacional encontra-se inserida entre as camadas mais pobres da população do Estado (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2010). Mesmo considerando o esforço entre a iniciativa pública e privada ainda existe uma alta taxa de desemprego.

Há no município a predominância de agricultura do tipo subsistência. Entretanto, nessa prática são agregados valores e há a geração de postos empregatícios, merecendo relevância o cultivo de cana-de-açúcar e a cultura do inhame, destacando-se o município como maior produtor deste produto em nível estadual. É produzida ainda no Conde uma grande variedade e quantidade de frutos tropicais.

As oportunidades de emprego são referentes aos postos oferecidos pelas várias indústrias presentes no Distrito Industrial da Paraíba, da qual se faz parte integrante o Conde. A consequência é a participação do município entre os dez maiores índices de ICMS do Estado da Paraíba, o que o torna um contribuinte eficaz no que se refere à gestão pública praticada no Estado.

A maior potencialidade econômica do lugar é o turismo. Esta é a força mais expressiva das atividades rentáveis desenvolvidas no Conde, isto porque a orla marítima do distrito de Jacumã (onde se tem as praias de Gramame, Amor, Jacumã, Carapibus, Tabatinga e Tambaba) corresponde a uma faixa litorânea extensa e de grande atrativo aos turistas de outros estados e também aos moradores de cidades mais próximas (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2010).

3 CONCEITOS E METODOLOGIA

3.1 O MICROCRÉDITO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Em conceituação ao tema microcrédito tem-se que é a concessão de valores considerados pequenos e destinados ao empréstimo a empreendedores informais e microempresas, sem que seja necessário se ter o acesso ao sistema financeiro tradicional. Isso porque é bastante comum que estes indivíduos não possuam condições de oferecer garantias reais por ocasião das baixas demandas em seus montantes.

De acordo com a obra de Stoeff (2001), o microcrédito apresenta algumas particularidades quando se compara às demais modalidades de créditos oferecidas no mercado. Essas diferenciações se apresentam principalmente nos fatores relativos à simplicidade e cumplicidade entre credores e clientes.

A primeira diferença é relativa ao conceito de responsabilidade. É importante ressaltar que o microcrédito é um empréstimo e que, portanto, faz-se necessário seu pagamento. Num segundo momento relaciona-se este com o conceito de solidariedade, na qual as pessoas que tomam como o empréstimo detêm da consciência de que é preciso pagar as prestações em dia, visto estas se transformarem em novos recursos a serem destinados para as demais pessoas. O terceiro conceito se relaciona à continuidade. Uma vez que sejam pagas todas as prestações, o cliente terá direito a uma nova quantia emprestada. E por fim se destaca o conceito de comunidade no qual o tomador passa a fazer parte de um grupo de pessoas da comunidade, e o seu sucesso soma-se aos sucessos dos demais membros sendo essa questão um ciclo interdependente entre todos os membros da comunidade (STOEF, 2001).

O microcrédito teve a sua primeira ocorrência no Sul da Alemanha, datando o ano de 1846 (CARVALHO, 2001). Essa modalidade foi criada pelo Pastor Raiffensen, a Associação do Pão, que concedeu matéria-prima, farinha de trigo, aos trabalhadores do campo que se encontravam com dívidas com agiotas para que estes pudessem dar continuidade a fabricação e comércio do pão, e assim deterem renda para cumprir com suas obrigações.

No Brasil, tem início o microcrédito no ano de 1973, através da criação do programa da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações – UNO, por iniciativa da Acción Internacional, que prestou uma assessoria técnica e que envolvia a participação de entidades empresariais dos Estados de Pernambuco e Bahia. A UNO foi elaborada pensando em abranger de forma específica o desenvolvimento de um programa de crédito, que promovesse a capacitação para microempreendimentos populares, particularmente no setor

informal. Tratava-se de uma associação civil, sem fins lucrativos. Há no Brasil algumas operadoras de microcrédito. Veja o quadro a seguir:

OPERADORAS DE MICROCRÉDITO NO BRASIL	
Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES	Atua no segmento de microcrédito desde 1996, quando foi criado o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP) com o objetivo de formar uma indústria de microfinanças no Brasil, ofertando <i>funding</i> para os agentes repassadores de microcrédito. Em 1997, o BNDES firmou o Convênio de Cooperação Técnica não Reembolsável com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, visando o fortalecimento do segmento de microcrédito no Brasil.
Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE	O Programa de Apoio ao microcrédito do SEBRAE faz parte da prioridade estratégica de ampliar significativamente, já em curto prazo, o acesso dos empreendedores a serviços financeiros com redução de custos. Esta se traduz como uma prioridade através de soluções coletivas que aumentam a abrangência, dão velocidade e reduzem os custos de atuação. O foco é aglomerados de empresas de um mesmo território. O SEBRAE, em articulação com o governo e o setor privado, passou a desenvolver ações em mais de 300 Arranjos Produtivos (APLs) de todo o País.
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina – BADESC	O BADESC é o principal fomentador das organizações de microcrédito estabelecidas em Santa Catarina e são essas que efetuam os empréstimos ao final, de R\$ 200 a R\$ 10 mil, destinados a pequenos negócios, formais e informais. Trata-se de linha de crédito que tem como objetivo gerar o auto-emprego e renda familiar.
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG	O Programa Estadual de Crédito Popular e Assessoramento Técnico - Credpop foi criado pela Lei Estadual de nº 12.647 de 21.10.1997 e reformulado pela Lei Estadual de nº 16.760, de 10.07.2007. Tem como objetivo: possibilitar ao microempreendedor individual ou associado e às cooperativas de trabalhadores e associações também de trabalhadores o acesso ao crédito por meio de financiamento produtivo e orientado, mediante estudos de viabilidade dos empreendimentos, visando a criação ou expansão de atividades econômicas geradoras de emprego e renda.
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID	De 2007 até 2011, o BID já emprestou US\$ 150 milhões para 23 projetos em vários países. Na Colômbia, por exemplo, a companhia de saneamento Empresas Públicas de Medellín recebeu US\$ 10 milhões para financiar os clientes que quisessem adquirir computadores. Já no Chile, o BID atuou com o banco que montou uma operação de microcrédito em parceria com as empresas com quem trabalha.
Banco do Nordeste do Brasil – BNB	O AgroAmigo é o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste, operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania e com Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Trata-se de uma iniciativa pioneira no Brasil que visa à concessão de financiamento para área rural, adotando metodologia própria de atendimento, cuja principal premissa consiste na concessão de crédito orientado e acompanhado.
Banco do Brasil – BB	A linha de crédito BB Microcrédito DRS é direcionada para pessoas físicas beneficiárias da estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável-DRS do BB, que atuem em empreendimentos rurais ou

	urbanos de pequeno porte, inclusive informalmente. As garantias são dispensadas e a liberação do empréstimo ocorre em conta corrente. Outra linha oferecida pela instituição é para pessoas jurídicas, o BB Microcrédito Empreendedor e para ter acesso torna-se necessário ser correntista, empreendedor individual ou ainda microempresa que tenha o faturamento bruto anual em até 120 mil reais. O valor para operação é no mínimo de R\$ 150,00 e no máximo de R\$ 15 mil reais. A taxa de juros opera a 0,64% ao mês, ou 8% ano, a TAC é de 1,00% sobre o valor da operação, sendo isenta de IOF. Por fim, tem-se que o tipo de operação é giro na forma de teto pré-aprovado investimento na forma de crédito fixo.
CEF – Caixa Econômica Federal	A linha de Microcrédito da Caixa Econômica Federal dá possibilidades de usuário adquirir matérias-primas, capital de giro e melhorias na infraestrutura do seu negócio. A instituição visa oferecer a linha sem burocracia e com maior facilidade aos usuários. A linha visa atender o segmento de baixa renda e atua nos setores formal e informal da economia, que tenha pelo menos um ano de atividade no empreendimento.
SANTANDER	A Santander Microcrédito oferece ao empreendedor de região de baixa renda a oportunidade de ser protagonista da mudança de sua realidade e do desenvolvimento da comunidade ao seu redor. Criada em 2002 em parceria com a ONG Acción Internacional, a empresa oferece empréstimos para donos de pequenos negócios (como costureiras, borracheiros, vendedores de cosméticos e pequenos comerciantes) que não têm acesso às formas convencionais de crédito.

Quadro 01: Organizações que operam com Microcrédito no Brasil

Fonte: Elaboração própria baseada em informações disponíveis nos sítios do BNDES, SEBRAE, BADESC, BDMG, BID, BNB, BB, CEF, SANTANDER, em janeiro de 2012⁴.

Em relação à abrangência de atuação, destaca-se como o maior programa vigente no Brasil o CrediAmigo, que também é citado como um dos mais relevantes em toda a América Latina (BID, 2000).

Segundo dados divulgados pelo BNB (2011), são mais de 103 mil pessoas de baixa renda, sendo a maior parte delas beneficiária de programas sociais como o Bolsa Família, que compõem a carteira de clientes ativos do Crediamigo Comunidade, um dos produtos do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste. Entre 2009 e 2010, o aumento do número de clientes foi superior a 53% em relação aos anos anteriores (2007 e 2008). Os dados aparentemente representam o bom desempenho do Programa, se for evidenciado o alcance do público para o qual se direciona o produto: pessoas de baixa renda, que já tenham ou não atividade produtiva.

Em 2012, o Governo Federal, sob comando da Presidente Dilma Rousseff, lançou o Programa Nacional de Microcrédito batizado como Crescer (MAZZEI, 2012). O público alvo denominado para a abrangência deste programa foram os empreendedores que possuíam faturamento de até R\$ 120 mil/ano, principalmente aqueles empreendedores individuais. O

⁴ Ver endereços eletrônicos das instituições nas referências.

objetivo do programa é estender o acesso ao crédito a 3,4 milhões de pessoas até o próximo ano de 2013. Vale salientar que não serão exigidas garantias para o pagamento dos empréstimos.

É importante ainda relacionar o microcrédito à conduta das políticas públicas estabelecidas pelo poder estatal. As pesquisas cujo tema central é o microcrédito e visam avaliar o impacto das iniciativas acerca do microcrédito passaram a ter uma representatividade bastante ampla na discussão literária sobre o desenvolvimento local, o desenvolvimento de políticas públicas e o combate à pobreza.

Costa e Castanhar (2003) avaliam que estes estudos estão demarcando o campo das políticas sociais e sua importância se justifica pelo conhecimento acerca da eficiência dos investimentos realizados na área social e à necessidade de se conhecer métodos para aprimorar o *modus operandi* das intervenções estatais.

O Estado é o órgão responsável justamente por diminuir esses abismos decorrentes das diferenças sociais, daí ser comum se ouvir falar que a participação estatal deva ter o foco na regulação, visto o crescimento dos mercados informais e aumento da demanda por medidas públicas que reduzam essas desigualdades. Em outras palavras, atualmente, não apenas são exigidas medidas que prezem por aprimorar a qualidade das políticas públicas, mas que também indiquem o fortalecimento da gestão pública nos seus campos de atuação, que são cada vez mais extensos, principalmente em âmbitos nos quais a iniciativa privada detenha de dificuldades na mensuração acerca do capital investido.

Buarque (2004) apresenta a junção desta nova acepção de desenvolvimento que é baseada no desenvolvimento sustentável. Nas palavras do autor, trata-se daquele desenvolvimento que é capaz de promover o aumento das potencialidades das pessoas através de medidas que visam à melhoria nas condições de educação, treinamento, saúde, habitação, meio ambiente e alimentação, dando condições para que os frutos destas ações apontem para o desenvolvimento econômico, que sejam resultados das melhorias de condições de vida, e que a partir daí permita que as pessoas façam parte da tomada de decisões políticas que vão influenciar as suas vidas.

Monzoni (2006) faz uma correlação entre os dois conceitos. Para o autor, o desenvolvimento sustentável está intimamente ligado com as iniciativas do microcrédito. Isso porque o microcrédito é um dos serviços financeiros que são prestados por instituições financeiras ou não. Desse modo, o microcrédito é o crédito que se destina aos indivíduos que possuem baixa renda, além de microempresas, formais e informais, que por possuírem

capitais sociais reduzidos tornam-se excluídas e, consecutivamente, possuem acesso restrito ao sistema financeiro tradicional.

A Lei 11.110, de 25 de abril de 2005, providencia um detalhamento ainda mais amplo sobre o conceito concebido de microcrédito como sendo aquele crédito que se concede para que haja o atendimento das necessidades financeiras das pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, e que façam uso da metodologia embasada na relação direta com os empreendedores no âmbito em que é realizada a atividade econômica (BRASIL, 2005).

A metodologia que envolve o microcrédito está embasada numa ideia de política pública calcada na sustentabilidade, onde os pequenos empreendedores possam ser resgatados das populações mais pobres, quase sempre marginalizadas na sociedade. É uma busca constante que se foca no efeito de combate à pobreza, uma forma de promover a inserção destes indivíduos na economia, fortalecendo as comunidades locais, de famílias alijadas, das relações de trocas comerciais e das finanças em si (SILVA, 2003).

Orienta ainda Silva (2003), que a disseminação dos programas de microcrédito é identificada por modelos elaborados pelas instituições. O primeiro modelo é o OSCIP, no qual o Estado participa diretamente na gerência do programa e que possui o mesmo nível de participação dos demais atores, como financiadores privados e organizações da sociedade civil. Já o segundo modelo é o baseado na formação de capital, que operacionaliza a gestão e seu modo de execução exclusivo à administração pública.

A avaliação das políticas públicas de microcrédito, de acordo com a visão de Silva (2003), vai além do entendimento acerca da eficiência dos investimentos realizados na área social e o aprimoramento das metodologias de intervenção; trata-se de um conjunto de medidas que vai auxiliar na disseminação dos programas de microcrédito e outras localidades. Ao analisar mais profundamente, percebe-se que as políticas, que vêm sendo elaboradas, adotaram essa ferramenta como indispensável para o pensamento e a realização do desenvolvimento de forma sustentável.

3.2 QUALIDADE DE VIDA E A PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS

Em concordância a obra de Maciel (2006), há muito se passou a dedicar maior tempo para a preocupação das questões que envolvem a qualidade de vida. Sendo que este conceito passou a ser inerente ao homem e até mesmo uma consequência da preservação da sua integridade em todos os âmbitos, físico, emocional, espiritual, etc. Diante disto, vale ainda

salientar que a sociedade de uma maneira em geral está repleta de elementos que se referem a esta busca da maior integridade do homem, especialmente no que se refere aos avanços técnicos que contribuíram de forma direta para o aumento de sua expectativa de vida. Segundo a Associação Brasileira de Qualidade de Vida – ABQV (2008):

A expressão “qualidade de vida” é comumente atribuída ao presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, quando em 1964 declarou que objetivos não podem ser medidos através do balanço dos bancos. Eles só podem ser medidos através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas. Porém, antes disso, conceitos de qualidade de vida já despertavam o interesse de cientistas sociais, filósofos e políticos.

A qualidade de vida (QV) é um termo que se associa aos inúmeros aspectos que se relacionam ao ser humano, em proporções subjetivas que se atribuem aos indivíduos em conformidade com sua perspectiva de análise. O que se percebe é que o termo qualidade de vida não possui uma definição que tenha um significado uníssono que possa dar a representatividade total (MACIEL, 2006). Este é um termo que tem um enfoque humanístico e que se aproxima do grau de satisfação que se encontra tanto no âmbito familiar, amoroso, social, ambiental e na própria existência humana.

É comum que o conceito esteja associado de maneira intrínseca aos aspectos da saúde e não pouco comum é encontrar a QV sendo usada como um conceito sinônimo da saúde. Não é possível se negar que há uma correção entre as duas condições, porém quando se coloca as duas no mesmo patamar se passa a ter uma visão muito reducionista que contempla apenas o bem estar da integralidade do homem (MACIEL, 2006).

Oliveira (2006) afirma que a qualidade de vida é um instrumento fundamental para que se possa deter do entendimento do estilo de vida atual e que pode exercer influência na saúde dos indivíduos.

Dentro desta perspectiva, atenta Minayo et. al. (2000), que considerando o conceito da saúde, uma crescente gama de pesquisas vem reconhecendo a importância em se atribuir a qualidade de vida dentro deste âmbito. Estes novos estudos apontam que a qualidade de vida não deve ser vista apenas como um estado de ausência de doença, mas que deve contemplar seis variáveis: o físico, o psicológico, o nível de independência, as relações sociais, o meio ambiente e a espiritualidade. Essas novas premissas consideradas na composição do conceito propiciam entender a qualidade de vida como a percepção do indivíduo na sua posição de vida, no contexto da cultura e no sistema de valores nos quais ele vive em função dos seus objetivos, expectativas, padrões e anseios.

A perspectiva que orienta esta pesquisa caminha no sentido de que existem dois aspectos constantes que influenciam na definição do conceito de qualidade de vida. O primeiro aspecto é relativo ao fato de que a qualidade de vida apresenta uma percepção individual acerca do conceito de QV, o segundo aspecto relata a qualidade de vida como um fator indissociável da vida humana e que contempla todos os aspectos supramencionados.

A qualidade de vida é um resultado da evolução histórica da sociedade, mas também sofre influências da vida e das experimentações pessoais de cada indivíduo, bem como as considerações que são realizadas sobre os aspectos relacionados ao trabalho. Isso possibilita a construção de um perfil de qualidade de vida operando numa esfera ampliada a toda comunidade. Logo, é possível afirmar que mesmo que a QV seja percebida em nível individual, ela decorre de uma estrutura articulada no contexto social, uma vez que as ações individuais só passam a alcançar a representatividade uma vez que sejam projetadas para o nível coletivo (OLIVEIRA, 2006).

Para a construção de um conceito de qualidade de vida é necessário que sejam percebidos os aspectos positivos e negativos que compõem a vida e a realização do trabalho do ser humano, tendo como espelho a reprodução social. (OLIVEIRA, 2006).

Dessa forma, a qualidade de vida tem sido referida tanto no momento da vida dos indivíduos em sociedade, como nos seus âmbitos de trabalho, tendo como entendimento base que estes conceitos se constroem de forma mútua. Este entendimento pode ser construído justamente por conta de que parece não ser possível se dissociar a vida pessoal e o trabalho, assim como também parece não ser possível deixar de reconhecer a interface do trabalho na qualidade de vida.

Dentro desta visão tem-se, conforme alerta Matos (1998), a qualidade de vida está intimamente relacionada ao aprimoramento da democracia, no qual quanto mais ampla for a noção da qualidade de vida, maior será o grau de bem-estar da sociedade e de igual acesso aos bens materiais e culturais. O conceito de qualidade de vida é eminentemente uma questão humana, e que cada vez mais busca se aproximar do nível de satisfação que se encontra na vida familiar, amorosa, cultural, social e ambiental levando ainda em consideração a estética existencial.

Medir a qualidade de vida deriva de uma instrumentalização recente, de tradição estrangeira, anglo-saxônica. Baseia-se no empirismo e na prática utilitária (MATOS, 1998). Entretanto, a importância de se medir a qualidade de vida tem desencadeado a elaboração de vários instrumentos para tratar das realidades sociais e suas especificidades. Parte destes

instrumentos usa o campo da saúde como seu objeto propriamente dito, outros por sua vez tratam a saúde como um forte componente, mas como um indicador compostos.

O índice mais difundido entre os estudiosos do tema denota o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O IDH foi elaborado para propiciar um maior debate acerca do desenvolvimento dos aspectos puramente econômicos – a exemplo do nível de renda, produto interno bruto e nível de desemprego – para o diálogo que alocassem os aspectos de natureza social e cultural. Ainda embutida nesse indicador é possível ainda destacar a concepção de que renda, saúde e educação (elementos fundamentais para a construção do conceito de QV) de uma comunidade (MINAYO, et. al., 2000).

O IDH é um indicador sintético de qualidade de vida que, de forma simplificada, soma e divide por três os níveis de renda, saúde e educação de determinada população. A renda é avaliada pelo Produto Interno Bruto (PIB) real per capita; a saúde pela esperança de vida ao nascer e a educação pela taxa de alfabetização de adultos e taxas de matrículas nos níveis primários, secundários e terciários combinados. Renda, educação e saúde seriam atributos com igual importância como expressão das capacidades humanas.

O Brasil, no ano de 2011, ocupou a 70ª posição no ranking do IDH, ficando atrás de países também presentes na América do Sul, a exemplo da Argentina, Chile e Uruguai. Através de uma análise mais detalhada do que se pode perceber com a análise do índice tem-se que no Brasil há a definição de pelo menos outras cinco ‘regiões’ ou cinco realidades distintas.

Do maior para o menor, em ordem decrescente, tem-se a primeira região, que compreende o Sul (em sua totalidade) e mais ainda os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, com os melhores percentuais de IDH. A região intermediária corresponde aos estados do Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás e Amapá. Seguindo a análise apresenta-se a terceira região na qual se englobam os estados de Tocantins, Pará, Amazonas, Rondônia e Roraima.

Na segunda zona de medição estão o quarto e quinto grupos. Entre os estados que compõem o quarto grupo tem-se: Acre, Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. E, por fim, o quinto grupo composto pelo Maranhão, Piauí, Alagoas, Sergipe e Paraíba. Fazendo uma análise mais detalhada é possível se comparar o IDH destes últimos estados do quinto grupo aos dos países mais pobres do mundo, a exemplo de Bangladesh e Haiti⁵.

⁵ MIGUEL (2011). Disponível em: <<http://adrianoaquino.blogspot.com.br/p/noticias.html>>. Acesso em: 22. abr. de 2012.

A qualidade de vida é um conceito que se encontra associado a vários outros conceitos e que influenciam de forma direta e indireta a vida das pessoas. Assim, para a construção desta pesquisa foi necessária a associação deste conceito com conceito de saúde, educação, trabalho, descanso e os reflexos da aquisição de bens móveis e imóveis.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos a saúde é um direito fundamental, reconhecido por todos os foros mundiais e em todas as sociedades. Logo, a saúde encontra-se no mesmo patamar com os demais direitos garantidos pelo mesmo ordenamento citado de 1948: liberdade, alimentação, educação, segurança, nacionalidade, etc.

A avaliação da qualidade de vida é sempre uma missão que representa um desafio, isso porque se trata de um constructo multifacetado que não apenas integra, mas interage com as necessidades e desejos dos indivíduos além de estar escorado entre os limites impostos na cultura e que são, por isso, influenciados de forma intensa pelas condições socioeconômicas de cada camada da sociedade (ASSUMPÇÃO et. al. 2000; FLECK et. al., 1999).

Os autores supracitados destacam ainda que existam parâmetros subjetivos para a determinação da qualidade de vida, a exemplo de bem estar, felicidade, amor, prazer, inserção social, liberdade, solidariedade, espiritualidade, realização pessoal, etc.; além dos objetivos como a satisfação das necessidades básicas e das necessidades determinadas pelo grau de desenvolvimento econômico e social de uma comunidade. Dentre estas variáveis encontram-se a alimentação, o acesso à água potável, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer, que integram dentro de uma cultura para constituir o que se determina como qualidade de vida.

Em razão dos estudos que envolvem lazer é importante destacar um conceito que serviu de base para a construção de várias outras teorias. De forma que, a maior parte dos trabalhos desenvolvidos aqui no Brasil está fundamentada nas acepções teóricas de um sociólogo francês, o estudioso Dumazedier (1976). Na concepção do autor, o lazer corresponde a um conjunto de ocupações, às quais o indivíduo pode se entregar de livre vontade para seu repouso, ou para sua diversão. Sendo assim, a recreação e o entretenimento, fatores que auxiliam no desenvolvimento de informação ou formação desinteressada do indivíduo, ocorre por uma ação social voluntária, bem como a capacidade de criar livremente ou se desembaraçar das obrigações familiares e sociais.

Dadas as ideias discutidas pelos autores seguem os caminhos tomados para a realização da pesquisa, assim como os procedimentos metodológicos previstos para a elaboração da pesquisa realizada.

3.3 CONSTRUINDO OS CAMINHOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na região Nordeste do Brasil, no estado da Paraíba que possui a extensão territorial de 56.469,466 Km², divididos em 223 municípios distribuídos em quatro mesorregiões: Mata Paraibana, Agreste, Borborema e Sertão.

Dados do IBGE recolhidos no Censo Demográfico de 2010 demonstram que a população paraibana totaliza 3.766.528 habitantes, sendo o quinto estado mais populoso do Nordeste brasileiro. Esse contingente populacional corresponde a 1,97% da população nacional. Localizada na faixa litorânea do estado, João Pessoa, capital da Paraíba, é a cidade mais populosa do estado – 723.515 habitantes. Outras cidades paraibanas que apresentam grande concentração populacional são: Campina Grande (385.213), Santa Rita (120.310), Patos (100.674), Bayeux (99.716), Sousa (65.803), Cajazeiras (58.446), Guarabira (55.326) e Cabedelo (57.944).

Bruschini (2007) define a População em Idade Ativa (PIA) por meio de uma classificação etária, que compreende um conjunto de todas as pessoas que estão aptas para exercer uma atividade econômica. É composta pela população maior de 10 anos de idade. Subdivide-se em População Economicamente Ativa (PEA) e População Não Economicamente Ativa⁶.

Outros dados apontam para o IDH da Paraíba que é de 0,718. Com este, o Estado ocupa o 24º lugar no ranking do IDH entre os estados brasileiros. Considerando os demais estados do país, a Paraíba encontra-se apenas quatro posições acima do último colocado da lista. Alguns fatores contribuem para isto, a exemplo do analfabetismo que atinge quase 22% da população total do estado, a terceira pior média nacional, estando numa condição mais favorável apenas que Alagoas (24,6%) e Piauí (23,4%). Outro problema social que prejudica a classificação do Estado se refere à taxa da mortalidade infantil: 35,2 óbitos em todos os nascidos vivos (IBGE, 2010).

A Paraíba registrou variação real positiva de 1,6% em seu Produto Interno Bruto (PIB), de 2008 a 2009. O crescimento do PIB do Estado ficou acima da inflação registrada no período. O índice paraibano, inclusive, foi o 12º melhor do País e o quinto do Nordeste. Enquanto a Paraíba cresceu, o Brasil registrou uma pequena retração de 0,3%. Esses dados foram divulgados pelo Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME),

⁶ Os dados foram publicados no Portal do MEC – Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso 20 de abr. 2012.

juntamente com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no final de 2011 na página do Governo da Paraíba⁷.

Avaliando os anos de 2008 e 2009, em termos nominais, a variação do PIB paraibano ficou em 11,8%, passando de R\$ 25,697 bilhões para R\$ 28,179 bilhões, a preços de mercado corrente, respectivamente. No mesmo período, a participação do Estado no PIB nacional subiu de 0,84% para 0,90%, ficando na 18ª posição entre as unidades da federação – a mesma posição do ano anterior. Tomando por base o valor do PIB total, o acréscimo no índice paraibano foi superior ao apresentado por São Paulo (-0,8%), Minas Gerais (-4,0%) e Rio Grande do Sul (-0,4%), que, em valores absolutos, estão entre os estados que possuem os mais elevados números de PIB.

Em 2009, o valor adicionado pelo Setor Primário paraibano foi de R\$ 1,475 bilhão; em 2008, o valor foi de R\$ 1,409 bilhão, ocorrendo uma pequena variação em termos nominais de 4,7%. Segundo o IDEME, citado na página do Governo do Estado (2010), o acréscimo ocorreu em função do aumento do preço médio de alguns produtos importantes, como a cana-de-açúcar e o abacaxi, entre 2008 e 2009, e também pelo desempenho positivo da pecuária, que cresceu 6,3%, sobretudo a criação de bovinos, com 6% de variação, sendo responsável por 71% do Valor Adicionado na Pecuária, e ainda a Pesca com crescimento real de 8%.

Depois de citado o crescimento quantitativo do campo empírico, se faz necessário considerar o crescimento qualitativo do Estado. A Paraíba é possível notar de acordo com dados do IBGE (2010), possui a maior parte dos seus municípios alocados na zona ‘médio’, enquanto que apenas um município tem índice ‘baixo’ e nenhum ‘alto’ em conformidade com as bases preestabelecidas para a menção do IDH, como o índice varia entre zero até 1 (o baixo está entre 0 a 0,499; médio está entre 0,500 a 0,799 e alto com índice superior a 0,800).

Tem-se na distribuição no Estado a seguinte ordenação por ordem alfabética, na tabela logo abaixo, os índices dos municípios, com agências bancárias do BNB, listados como participantes no Programa AgroAmigo, em um panorama geral das condições do IDH na PB.

Município	IDH	Índice de esperança de vida (IDHM-L)	Índice de educação (IDHM-E)	Índice de PIB (IDHM-R)
Alagoa Grande	0.609	0.684	0.613	0.530
Cajazeiras	0.685	0.692	0.755	0.607

⁷ GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/33784/governo-divulga-pib-dos-municipios-paraibanos.html>>. Acesso 20 de abr. 2012.

Campina Grande	0.721	0.641	0.844	0.678
Catolé do Rocha	0.668	0.717	0.728	0.559
Conde	0.613	0.642	0.657	0.539
Guarabira	0.659	0.660	0.734	0.584
Itaporanga	0.624	0.595	0.725	0.551
João Pessoa	0.783	0.720	0.885	0.743
Patos	0.678	0.642	0.768	0.623
Pombal	0.661	0.687	0.730	0.567
Sapé	0.556	0.538	0.627	0.504
Solânea	0.615	0.662	0.640	0.542
Sousa	0.657	0.628	0.742	0.603
Sumé	0.658	0.692	0.739	0.544

Quadro 02: IDH nos municípios paraibanos participantes do Programa AgroAmigo
 Fonte: Federação das Associações de Municípios da Paraíba - FAMUP (2010)

Os dados demonstrados pela FAMUP (2010) ainda ilustram três variáveis relevantes na determinação da qualidade de vida dos indivíduos: A esperança de vida ao nascer, a taxa de alfabetização e a taxa bruta de frequência escolar. A seguir expõem-se os números relacionados aos municípios da Paraíba que possuem agências do BNB.

Município	Esperança de vida ao nascido	Taxa de Alfabetização de adultos	Taxa bruta de Frequência Escolar
Alagoa Grande	66.032	0.544	0.752
Cajazeiras	66.502	0.728	0.810
Campina Grande	63.466	0.829	0.874
Catolé do Rocha	68.021	0.704	0.775
Conde	63.513	0.623	0.726
Guarabira	64.613	0.710	0.782
João Pessoa	68.220	0.877	0.902
Itaporanga	60.683	0.703	0.768
Patos	63.513	0.751	0.803
Pombal	66.215	0.682	0.826
Sapé	57.295	0.602	0.677

Solânea	64.696	0.571	0.777
Souza	62.670	0.718	0.789
Sumé	66.493	0.699	0.818

Quadro 03: Outros índices dos municípios paraibanos participantes do Programa AgroAmigo
 Fonte: Federação das Associações de Municípios da Paraíba – FAMUP (2010)

O Programa AgroAmigo atende a 223 municípios paraibanos. O Banco do Nordeste possui agências de atendimento em 13 municípios da Paraíba, são eles: Alagoa Grande, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Guarabira, João Pessoa, Itaporanga, Patos, Pombal, Sapé, Solânea, Sousa e Sumé, todos trabalham no regime de jurisdição, atendendo todo o Estado. O montante negociado, no ano passado, na Paraíba, entre Banco e investidores, correspondeu a 62 milhões de reais. O universo deste estudo correspondeu aos empreendedores que receberam linhas de financiamento pelo Programa AgroAmigo do BNB no ano de 2011, totalizando 29.595 mil clientes.

O contato com os empreendedores do Conde foi realizado através dos assessores de crédito, que tem como função a captação de novos clientes, bem como a manutenção do atendimento dos antigos clientes, prestando-lhes a orientação empresarial necessária. São os assessores de crédito que fazem o trabalho de campo, conhecendo assim a moradia dos clientes. O Programa, que tem como premissa a orientação técnica e o acompanhamento, foi classificado pela Associação Latino Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento Econômico (ALIDE) como um programa inovador entre todas as instituições de desenvolvimento da América Latina.

Diante desse cenário, a pesquisa foi realizada quando se tem um problema e não se tem informações para solucioná-lo. Desta maneira, a partir dos objetivos estabelecidos, essa pesquisa se caracterizou como um estudo analítico.

As abordagens utilizadas para a elaboração da pesquisa foram de caráter qualitativo e quantitativo. Segundo Minayo (1999), a abordagem quantitativa pretende promover a aplicação de dados que visam quantificar determinada situação ou variáveis; já a pesquisa qualitativa emprega um universo de significados, apresentando motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, e que tem como correspondente um espaço mais aprofundado das relações dos processos e dos fenômenos a serem estudados. Esses procedimentos conduziram o pesquisador a ter uma compreensão da vivência do ser humano a partir de uma interpretação de suas experiências no mundo.

Flick e Cols (2000 *apud* GUNTHER, 2006), ao se referirem à pesquisa qualitativa, apontam a primazia da compreensão como o princípio do conhecimento que prefere estudar relações complexas, ao invés de simplesmente explicá-las através do isolamento de variáveis.

A pesquisa quantitativa é definida por Lakatos e Marconi (2001) como um método de pesquisa social que faz uso de técnicas estatísticas. De uma maneira em geral, implica a construção de processos inquisitivos nos quais são contatadas várias pessoas por meio de questionários.

Essas pesquisas são as mais utilizadas quando se deseja adequar a apuração de opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados, isto porque fazem uso de ferramentas padrões (questionários). O uso desta abordagem é dado quando se sabe exatamente aquilo que se deve perguntar para poder se atingir as respostas aos objetivos da pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 2001).

O local da pesquisa foi o município do Conde-PB, localizado a 16,9 quilômetros da Capital do Estado, que possui uma carteira de clientes com 642 operações no Programa. A escolha desse município se deu por apresentar uma zona rural com uma atuação significativa no Programa. De modo que a amostra se configurou por acessibilidade, ou seja, os sujeitos foram convidados a participar da pesquisa e uma vez que aceitassem eram colaboradores da pesquisa, permitindo observar sua visão sobre a vida e, especificamente, sobre o Programa AgroAmigo.

As pesquisas que envolvem a participação de seres humanos devem ser embasadas em cuidados, que devem ser tomados para a preservação sigilosa destes e de algumas informações específicas, corroborando com os aspectos éticos que guiaram este estudo.

Além do questionário aplicado foram ainda realizadas junto aos colaboradores observações de campo, fazendo uso de uma caderneta de campo. Outros instrumentos utilizados foram livros, artigos científicos, Leis, notícias em portais da internet, materiais e documentos da instituição BNB, a exemplo de dados do portal da empresa e do Caderno Gerencial AgroAmigo publicados em novembro de 2011.

Estes dados coletados na instituição do BNB propiciaram um levantamento sobre a atuação do Programa AgroAmigo (BNB) desde a sua criação até os dias atuais. Para esta análise e processamentos dos dados foram desenvolvidos gráficos e quadros para demonstração destas variáveis por meio do Microsoft Excel e importados para o *Microsoft Word* para posterior entendimento e discussão em função da literatura e objetivos estabelecidos.

A experiência do campo ainda deve ser levada em consideração para o pleno desenvolvimento deste estudo. A pesquisa de campo foi realizada com saída de João Pessoa às 8 da manhã do dia 04 e 05 de abril de 2012, quarta e quinta feira, em direção ao município do Conde, chegando a Secretária de Agricultura, local onde acontece a reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Após a participação na reunião e prévio conhecimento dos Presidentes das Associações das Comunidades Rurais do Município do Conde, no período subsequente, vespertino, me dirigi às comunidades sem obedecer nenhum tipo específico de ordem e acompanhado de três representantes.

A primeira comunidade visitada foi *Mata da Chica*, onde o representante me apresentou as pessoas que participam do Programa AgroAmigo, no total, 20 produtores rurais. A segunda comunidade foi *Gurugi*, totalizando 13 indivíduos. E por fim *Garapu*, com 10 sujeitos, formando um total de 43 colaboradores.

A abordagem foi feita de forma direta (batendo de porta em porta). A conversa se deu na residência, outras no local de trabalho ou onde estivessem essas pessoas e onde melhor fosse possível para o colaborador. Em um primeiro momento buscou-se saber mais informalmente acerca da vida destas pessoas. Suas histórias de vida, sua percepção sobre a atividade que exercem, sua família, filhos e como encaram as atividades cotidianas. Essas informações foram anotadas em caderneta de campo após a conversa, bem como outras informações consideradas importantes durante o preenchimento do questionário, com a finalidade de embasar a pesquisa direta.

O preenchimento do questionário se deu junto aos sujeitos, ou seja, os mesmos foram acompanhados pelo pesquisador em todo momento de resposta. A pergunta era lida e prontamente assinalada em conformidade com a resposta concedida pelos entrevistados. O tempo aproximado para o preenchimento de cada questionário foi de 12 minutos. A recepção dos sujeitos em função da pesquisa realizada foi bastante positiva, os quais se demonstraram indivíduos atenciosos, participativos e com boa vontade para o pleno desenvolvimento do estudo.

Na maioria das vezes que foram preenchidos os questionários encontravam-se presentes o pesquisador, o sujeito pesquisado e os presidentes das referidas associações, salvos alguns casos em que o preenchimento deu-se apenas com a presença dos dois primeiros agentes.

Quanto aos desafios da pesquisa de campo podem-se destacar as questões de deslocamento até o local onde essas pessoas residem, que nem sempre são zonas de fácil

acesso, vista as condições estruturais das estradas. A alta temperatura também se refletiu como uma variável de esforço por parte do pesquisador, uma vez que as residências pesquisadas eram muito simplórias e nem sempre as condições de ventilação eram favoráveis. A demora para o pleno entendimento das perguntas realizadas também denotaram um desafio, isso porque por mais que se tenha dedicado esforços para uma linguagem acessível aos colaboradores, ainda não foi suficiente, considerando o nível de escolaridade diminuto dos participantes.

Ainda vale ser salientado que o estudo de campo propiciou uma maior aproximação frente à realidade vivenciada pelos colaboradores, e desta maneira, o maior conhecimento das variáveis formadoras dos perfis e das necessidades dos mesmos.

4 A QUALIDADE DE VIDA DOS EMPREENDEDORES FINANCIADOS PELO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO AGROAMIGO DO BNB

4.1 O PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Essa primeira etapa da pesquisa direta desenvolvida corresponde ao primeiro objetivo específico da pesquisa que foi caracterizar o perfil dos empreendedores que receberam financiamento pelo Programa.

Inicialmente, determinou-se a amostra em função do sexo dos participantes da pesquisa direta realizada. Assim, foi possível determinar que das quarenta e três pessoas que participaram da pesquisa, a maior parte dos entrevistados são do sexo feminino, sendo elas próprias as titulares do microcrédito, totalizando 55% dos pesquisados. Dentre as pesquisadas, foi possível verificar que parte delas dividia as atividades realizadas com seus cônjuges, quando casadas e as demais eram as responsáveis pelas atividades desenvolvidas.

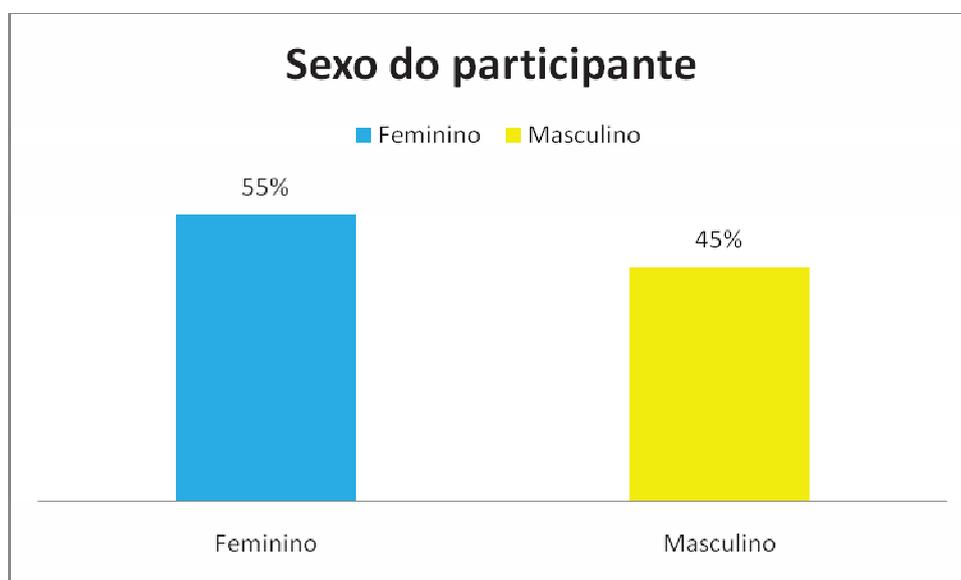


Gráfico 01: Sexo do participante
Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

Essa é realidade vivenciada pelas mulheres da zona rural residentes no nordeste brasileiro (campo deste estudo). A participação feminina nas atividades agropecuárias na região é intensa e efetiva, por isso o Programa AgroAmigo tem como meta dar um atendimento a estas produtoras, uma maneira de reconhecimento do trabalho realizado às famílias do campo.

É muito comum que as atividades agrárias sejam relacionadas ao pai e chefe da família, aquele que reúne das condições para participar de todo processo, e em sua ausência tem-se nos filhos maiores de idade e do sexo masculino a habilidade para participar do processo produtivo no meio rural. A família geralmente é vista de forma hierarquizada e não leva em consideração a participação da mulher na construção econômica e dos valores culturais, negando, quase sempre, a existência das famílias monoparentais femininas no seu modo de produzir.

Nessa região, a mulher, embora participe ativamente das atividades agrícolas familiares, também não é vista como força operacional, ao contrário, é diminuída ao status de ajudante da família, trabalha de forma gratuita, sem o ter reconhecimento do seu trabalho pela família e, até por ela, do mesmo modo que pela esfera pública. Este é um comportamento que tende a marginalizar a imagem feminina e o seu papel em famílias.

Esses grupos, formados por mães e filhos, sob a chefia familiar da mulher, têm presença marcada nas áreas da região semi-árida nordestina, em decorrência da migração masculina, principalmente em épocas das secas provocadas pelas irregularidades das chuvas. No entanto, deve-se chamar atenção que é a chefia familiar da mulher é presente em várias regiões e por diferentes motivos, que merecem ser melhor analisados em outros trabalhos.

Conforme os dados coletados percebeu-se também que a maioria dos entrevistados tem entre 29 a 39 anos (totalizando 34%).

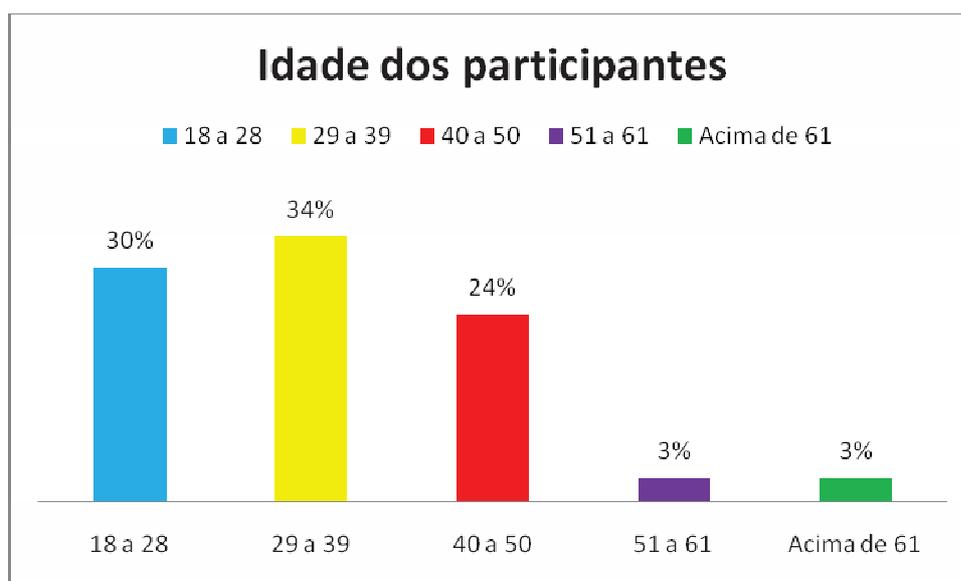


Grafico 02: Idade dos participantes
Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

A maioria dos entrevistados está entre três faixas etárias que vai desde 18 até a 50 anos; crescente entre os 28 e 39 anos e decrescente a partir dos 40 até os 50 anos.

Foi realizada uma pesquisa que levantou dados pelo Banco Mundial (FOLHA DE SÃO PAULO, 2011) que analisa que o Brasil está passando por um momento denominado como bônus demográfico, momento no qual a força de trabalho de um país é maior do que a taxa de crianças e idosos (elementos fora da PEA).

A relevância econômica da atual conjuntura é tão evidente que de acordo ainda com a pesquisa essas características podem conduzir a um efeito benéfico de até 2,48 pontos percentuais por ano no PIB per capita, somando benefícios e serviços produzidos no país dividido pelo total de habitante.

Dados do IBGE (2010) apontam para índices positivos. De acordo com o órgão, de 2010 para 2011, no Brasil, houve um aumento de 4% da participação da população de 50 anos ou mais de idade na população em idade ativa, alcançando o contingente 12,6 milhões. Nos grupos de 25 a 49 anos e 15 a 17 anos de idade, também houve crescimento, porém com menor intensidade - 0,9% e 0,7%, respectivamente - enquanto nas demais faixas etárias analisadas houve queda ou estabilidade.

Essa realidade relatada pelo estudo corrobora o resultado encontrado na pesquisa realizada no Conde, na qual se observa que na zona rural da Paraíba, a tendência também se repete. Há ainda que se considerar serem esses trabalhadores praticantes de uma atividade ruralista voltada para a família, destinada ao o sustento familiar, de forma que, justifica serem as suas atividades realizadas por um período mais prolongado, adentrando nas faixas etárias de pessoas com mais idade.

A agricultura familiar é uma atividade chave no Estado da Paraíba. Dos 146.539 estabelecimentos agropecuários paraibanos listados pelo IBGE, mais de 80% podem ser caracterizados como explorações familiares. Essa afirmação se torna possível, em razão do tamanho, demonstrando que em relação ao número de estabelecimentos, há uma situação favorável à pequena produção agrícola no Estado. No município do Conde, essa característica se repete em relação a atividade exercida, conforme aparece no gráfico abaixo:

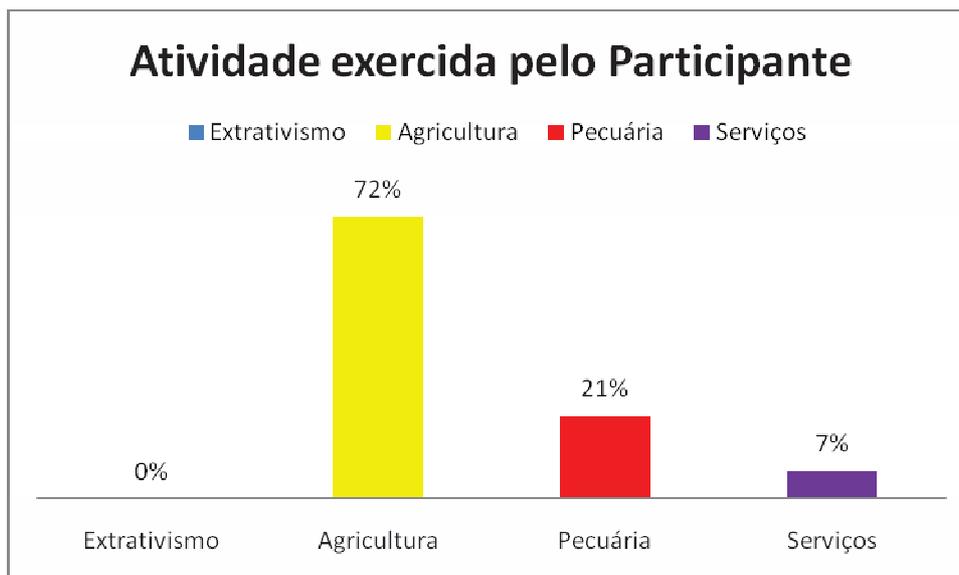


Gráfico 03: Atividade exercida pelo participante
 Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

Uma vez que a pesquisa tenha sido realizada no campo, analisando-se, desta forma, a zona rural, não se pode deixar de relacionar a qualidade de vida ao trabalho rural. De forma que Zuppi e Santiago (2006) destacam que a atividade realizada por estes trabalhadores os coloca expostos aos vários riscos de acidentes, a exemplo de insetos, espécies peçonhentas, principalmente quando se considera que estes indivíduos não utilizam freqüentemente de equipamentos de proteção individual (EPI).

Os autores ainda destacam os riscos provocados e que estão alinhados ao uso de produtos químicos que promovem a contaminação fito-sanitária, ou seja, os agrotóxicos. Estes produtos devem ser manuseados com cuidado, isso porque eles devem preservar o meio ambiente e a saúde, tanto dos produtores, quanto dos consumidores.

Buscou-se saber ainda sobre o tipo de propriedade possuía os entrevistados. Assim, pelos dados concedidos verificou-se que a maior parte dos sujeitos da pesquisa possui território próprio (59%), e há aqueles que arrendaram terras para a garantia da sua produção (41%). Nenhum entrevistado tem sua propriedade a base de pagamento de aluguéis mensais.

Outra questão formadora do perfil da amostra visou determinar o estado civil dos participantes. A maior parte é casada (67%).

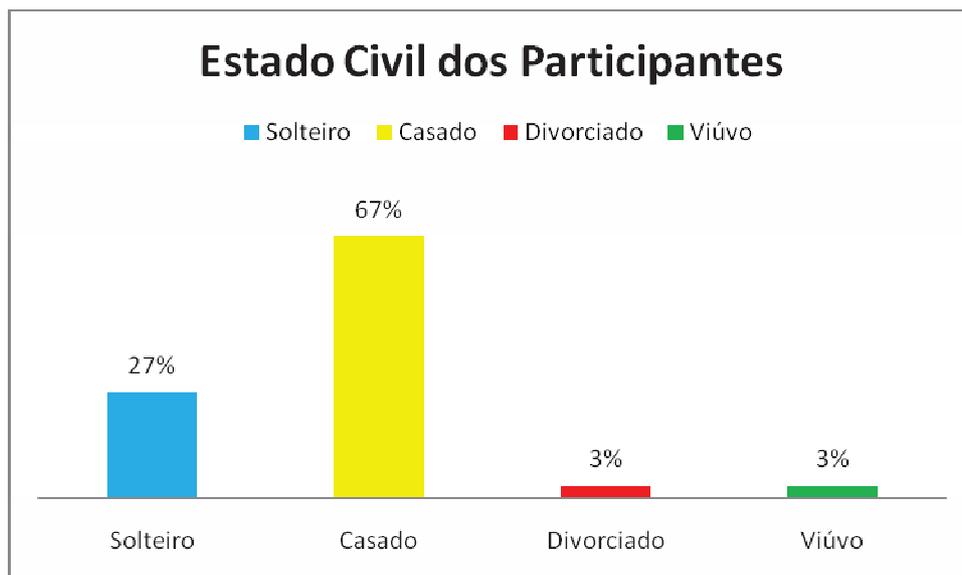


Gráfico 04: Estado civil dos participantes
Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

Importante notar que sendo a maior parte dos entrevistados de situação civil ‘casado’, a constituição do trabalho tende a ser dividida entre o entrevistado e seu cônjuge, salvo algumas exceções, de companheiros que exerciam atividade econômica diferente, como empregos domésticos, vigilantes, etc.

Foi possível ainda perceber a faixa etária onde estão alocados os cônjuges dos participantes casados. De forma que dentre os 43 sujeitos da pesquisa, 66% compõem a parcela de indivíduos casados, ou seja, 28 indivíduos. Os demais, 15 indivíduos pesquisados (34%), compõem o total de pesquisados no estudo que não são casados.

Considerando a parte da amostra casada (28 indivíduos), verificou-se ainda que a maioria, 24 indivíduos, estão igualmente alocados em número de oito entre as faixas que vão de 18 a 28 anos; 29 a 39; 40 a 50. Os outros 4 indivíduos correspondem a faixa entre 51 a 61 anos. Não foram encontrados resultados de cônjuges menores de 18 anos e nem acima de 61 anos.

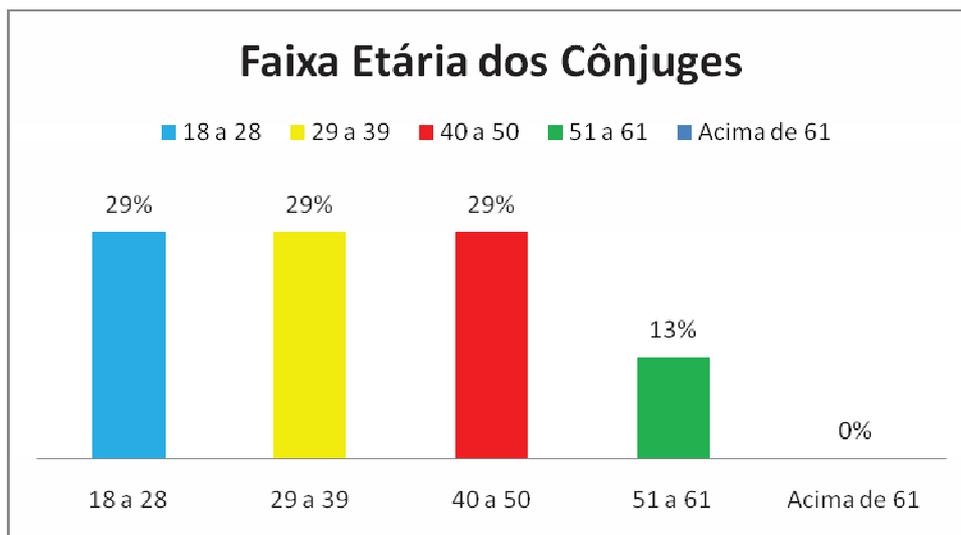


Gráfico 05: Faixa etária dos cônjuges
 Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

A partir desta perspectiva buscou-se saber acerca qual a atividade exercida pelos companheiros. Conforme os dados coletados pela pesquisa direta foi possível observar que a maior parte dos cônjuges trabalham na mesma atividade do entrevistado.

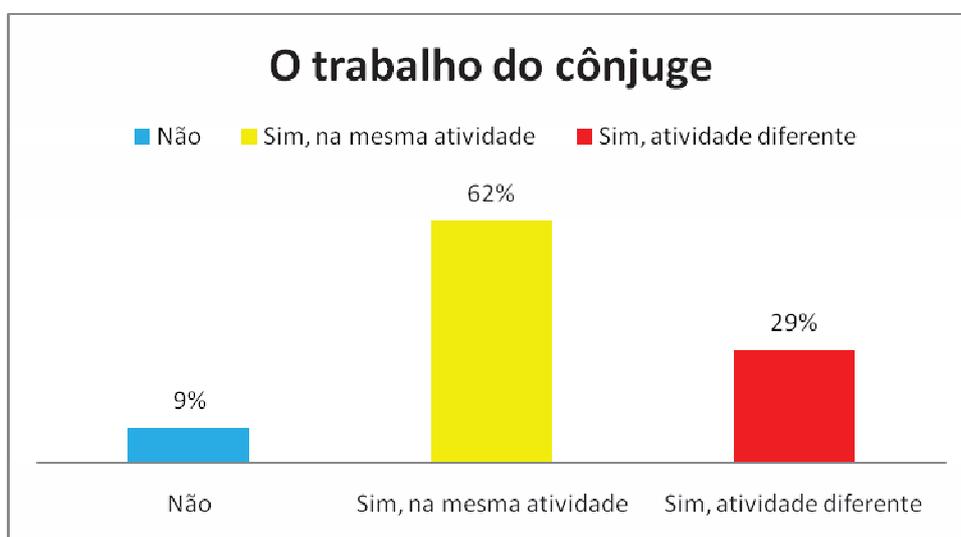


Gráfico 06: Trabalho do cônjuge
 Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

Algumas atividades exercidas pelos cônjuges são diferentes das praticadas pelos titulares dos créditos. De forma que dentre as relatadas na pesquisa existem: empregados domésticos (diaristas, caseiros etc.), serventes e pedreiros.

A pesquisa seguiu verificando o perfil da amostragem, e neste ponto a assertiva direcionada era acerca dos filhos: 18% dos entrevistados não têm filhos, enquanto que a maior parte destes (64%) tem de um a dois filhos. Os dados estão ilustrados a seguir.

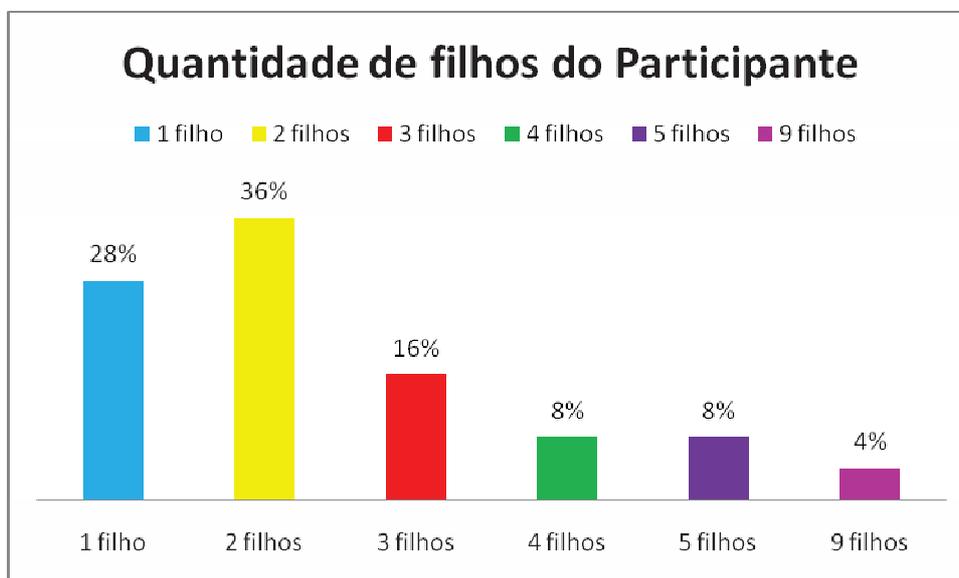


Gráfico 07: Quantidade de filhos
Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

Analisando de forma mais específica os dados coletados nessa pesquisa, em relação à escolaridade e atividade de trabalho dos filhos, tem-se que a maior parte dos filhos está sob duas condições. A primeira parte encontra-se em idade escolar (pré-escolar e fundamental) e pela pouca idade, às vezes, menores que cinco anos, não realizam nenhum tipo de atividade de trabalho remunerado e nem de auxílio às práticas econômicas e de subsistência familiar. (Não foi possível perceber através da aplicação do questionário e de conversa se os filhos com idade entre um a seis anos acompanhavam os pais, mesmo que não fossem auxiliá-los no trabalho).

A segunda parcela significativa da pesquisa exerce atividades junto à família, principalmente no cuidado com as plantações nas lavouras denotando 36% do total de pesquisados (entre 13 e 26 anos). Foi possível constatar também que os filhos mais velhos são os que trabalham em outras atividades, sejam atividades domésticas (babá, empregada doméstica, vigia) ou em atividades fora do âmbito do lar, a exemplo de pedreiros, comerciantes.

Sobre os dados colhidos e referentes aos dependentes dos entrevistados foi possível observar o conteúdo explícito no quadro abaixo:

Filho (sexo-idade)	Fase escolar	Atividade realizada
1. Masc. 1	Não estuda	Não trabalha
2. Masc. 2	Não estuda	Não trabalha
3. Fem. 2	Não estuda	Não trabalha
4. Fem. 3	Não estuda	Não trabalha
5. Fem. 3	Pré-escolar	Não trabalha
6. Fem. 6	Pré-escolar	Não trabalha
7. Masc. 6	Pré-escolar	Não trabalha
8. Fem. 12	Ensino fundamental	Não trabalha
9. Masc. 7	Ensino fundamental	Não trabalha
10. Fem. 9	Ensino fundamental	Não trabalha
11. Masc. 11	Ensino fundamental	Não trabalha
12. Fem. 11	Ensino fundamental	Não trabalha
13. Masc. 12	Ensino fundamental	Não trabalha
14. Fem. 12	Ensino fundamental	Não trabalha
15. Fem. 13	Ensino fundamental	Não trabalha
16. Masc. 14	Sem escolaridade	Agricultor
17. Masc. 16	Sem escolaridade	Servente de pedreiro
18. Masc. 21	Sem escolaridade	Trabalha com os pais na criação de animais
19. Masc. 23	Sem escolaridade	Vigilante
20. Fem. 26	Sem escolaridade	Doméstica e agricultora
21. Fem. 12	Ensino fundamental	Babá
22. Fem. 17	Ensino fundamental	Servente escolar
23. Masc. 17	Ensino fundamental	Vigia
24. Fem. 23	Ensino fundamental	Doméstica
25. Masc. 29	Ensino fundamental	Pedreiro
26. Fem. 16	Ensino médio	Doméstica
27. Fem. 16	Ensino médio	Doméstica
28. Masc. 22	Ensino médio	Comerciante
29. Fem. 14	Ensino fundamental	Doméstica e Trabalha com os pais na lavoura
30. Masc. 14	Ensino fundamental	Trabalha com os pais na criação de animais
31. Fem. 17	Ensino médio	Trabalha c/ pais vendendo produtos artesanais

32. Fem. 9	Ensino fundamental	Trabalha c/ pais na lavoura
33. Masc. 10	Ensino fundamental	Trabalha c/ pais na lavoura
34. Fem. 13	Sem escolaridade	Trabalha c/ pais na lavoura
35. Masc. 14	Ensino fundamental	Trabalha c/ pais na lavoura
36. Masc. 14	Ensino fundamental	Trabalha c/ pais na lavoura
37. Masc. 17	Ensino fundamental	Trabalha c/ pais na lavoura
38. Masc. 18	Ensino médio	Trabalha c/ pais na lavoura
39. Masc. 18	Ensino médio	Trabalha c/ pais na lavoura
40. Masc. 18	Ensino médio	Trabalha c/ pais na lavoura

Quadro 04: Relação dos filhos e nível de instrução
 Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

Os pesquisados que possuem o ensino médio correspondem ao número total de 7; destes, 4 trabalham com os pais junto às lavouras e demais atividades e 3 possuem atividades independentes das atividades familiares. Percebeu-se que 10 indivíduos não possuem nenhum nível de escolaridade, é necessário salientar que destes, 4 são crianças, vivenciando a primeira infância, tão logo não precisam estar matriculadas em escolas. Os 6 demais realizam atividades trabalhistas; destes 6 (indivíduos entre 12 a 21 anos), apenas um realiza atividades na agricultura junto aos familiares, os demais dividem-se em pedreiros, empregadas domésticas e vigilantes.

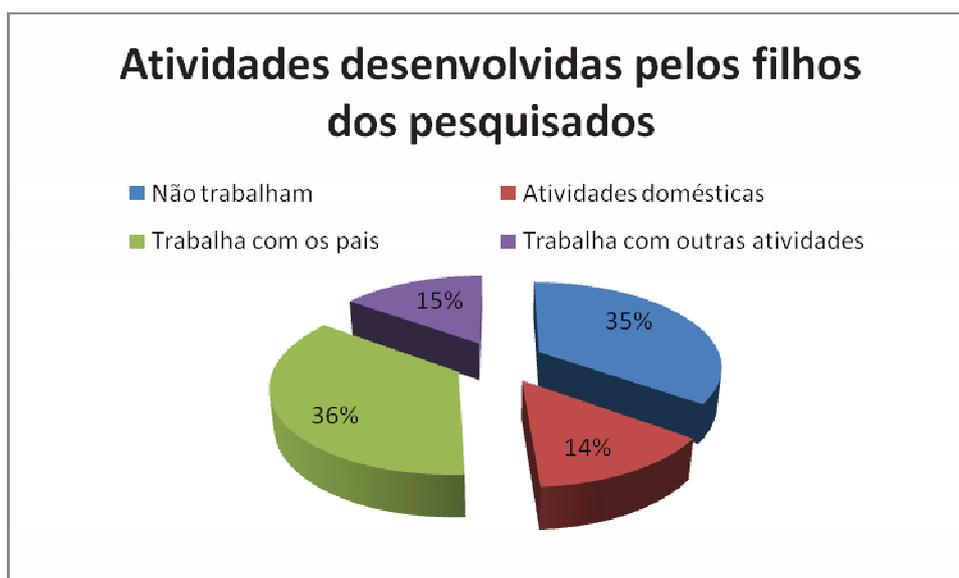


Gráfico 08: Atividades desenvolvidas pelos filhos
 Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

Outro ponto a ser destacado corresponde a divisão dos filhos dos entrevistados pela perspectiva do nível de escolaridade e da atividade que o mesmo realiza. Assim entre os sujeitos em idade pré-escolar, três, tem-se que nenhum evidentemente trabalha. Em razão dos indivíduos que detém do ensino fundamental, tem-se que dos 14 denotados na pesquisa, 11 realizam atividades trabalhistas junto aos pais e 5 fazem outras atividades.

A atividade econômica exercida pelos entrevistados também foi alvo deste estudo. Em consonância à coleta de dados a principal atividade exercida pelos participantes é a agricultura (72%).

Vale destacar também que em famílias produtoras rurais os filhos possuem um papel diferenciado. Isso porque a maior parte destes indivíduos assume junto aos pais e responsáveis a missão de prover o sustento da casa, desde muito cedo, muitas vezes as atividades são alinhadas com a fase escolar.

O modelo cultural na pesquisa detém de grande importância, Cabral (2005) afirma que no passado as crianças em algumas regiões começavam a trabalhar desde muito cedo, isso porque de acordo com seus pais o trabalho fazia parte do seu processo de desenvolvimento e formação, representando uma oportunidade para deter dos valores formadores da moral e também na ajuda da renda familiar. Outro aspecto importante atingido com a prática era referente à formação e a socialização que era possível oferecer aos indivíduos e às crianças no que concernia o sentimento de identidade dentro das comunidades. Talvez esse processo seja similar ao que se pode encontrar nessa região do Conde.

A última questão determinante para a formação do perfil de pesquisados pelo estudo tinha como meta entender sobre as condições e as faixas de renda destes indivíduos. De forma que a entrevista demonstrou que a maior parte dos entrevistados possui renda mensal menor que R\$ 705,00, o que os aloca na classe econômica tipo “E”, conforme a Fundação Getúlio Vargas (2005). Vejamos o gráfico abaixo:

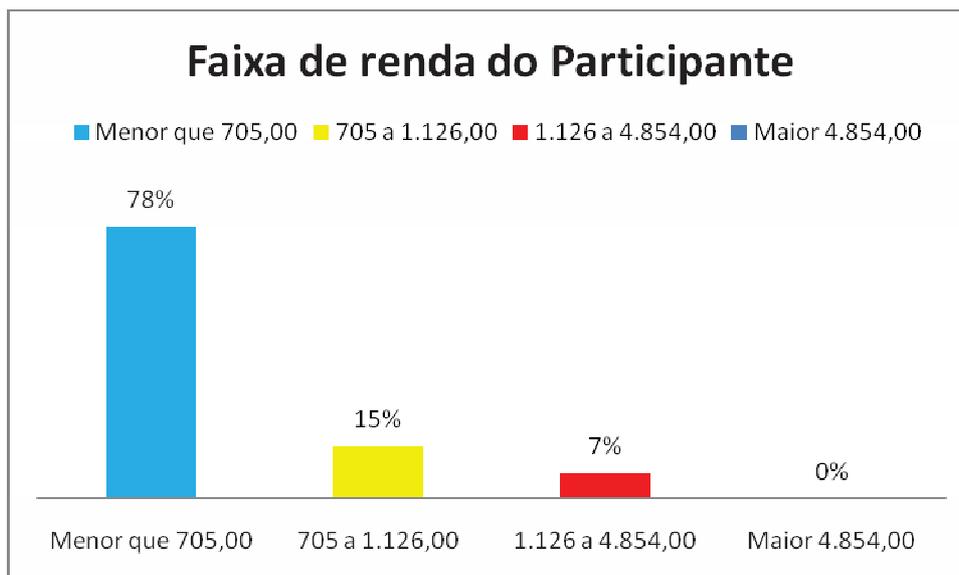


Gráfico 09: Faixa de renda dos participantes
 Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

De forma a retomar os passos da pesquisa direta em razão da determinação do perfil, percebeu-se que a maior parte da amostra foi composta de mulheres, na faixa etária de 18 a 39 anos, casadas com cônjuges na mesma faixa etária. A maioria da amostra possui filhos, sendo o mais recorrente 1 ou 2 filhos.

Uma vez determinado o perfil dos entrevistados, a pesquisa partiu para o momento seguinte que foi a determinação de quais características mais se percebiam pelos entrevistados em razão do Programa AgroAmigo.

4.2 AS CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA AGROAMIGO NO CONDE

Esta seção teve como meta desenvolver o segundo objetivo específico da pesquisa. A primeira questão foi dada em função de se conhecer a faixa de valor financiado pelo Banco. Conforme os dados aferidos pelos participantes, a maior parte optou pelo financiamento do valor máximo (91%).

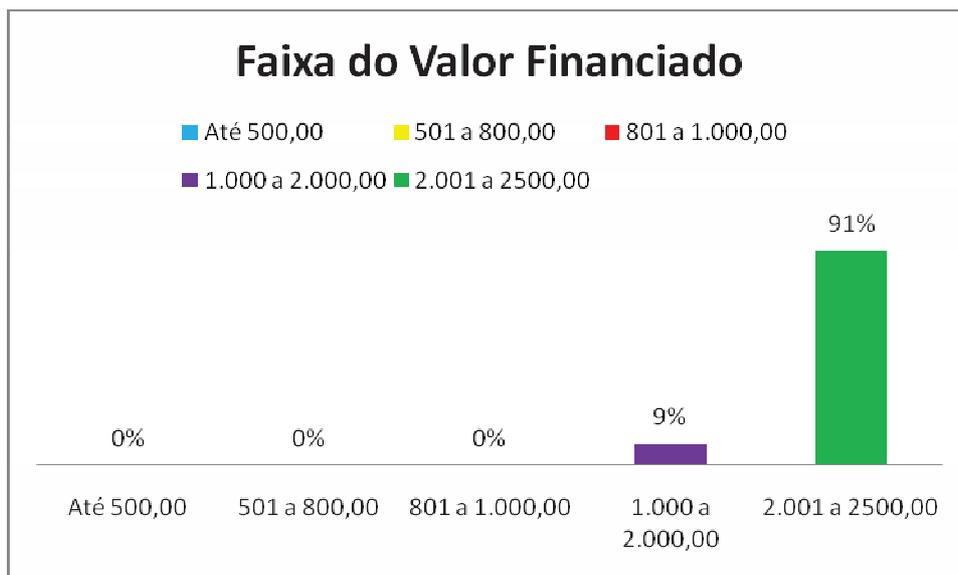


Gráfico 10: Faixa de valor do investimento financiado
 Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

Fazendo uma análise do valor do financiamento, podemos perceber duas vertentes conclusivas: a primeira, sobre o valor ser insuficiente quando relacionado ao preço de mercado dos itens que desejam adquirir. A segunda vertente adotada pode estar relacionada ao fato de quanto maior for o valor do financiamento, maior será o percentual do desconto dado pelo governo federal, equivalente a 25% do valor da parcela com o pagamento efetuado em dia. No entanto, anualmente, conforme o novo Plano-Safra, lançado pelo governo federal, esses valores poderão sofrer alterações no meio do ano.

O prazo relativo ao financiamento também foi medido pela pesquisa. De acordo com o balanço realizado, a totalidade dos entrevistados optou pelo financiamento em tempo máximo para debitar sua dívida, ou seja, 1,5 a 2 anos, esse fator também está diretamente relacionado às atividades desenvolvidas na região. Este prazo é atrelado a uma taxa de juros de 0,5% ao ano.

Determinadas as características principais do microcrédito adotadas pelos pesquisados, o presente estudo parte para sua terceira etapa prática, a determinação acerca do negócio praticado pelo empreendedor.

4.3 A ATUAÇÃO DO PROGRAMA AGROAMIGO SOBRE A ATIVIDADE DO MICROEMPREENDEDOR DO CONDE

A primeira questão tratada nesse ponto foi sobre as vantagens obtidas em função das atividades praticadas pós-adesão ao Programa AgroAmigo. Segundo os entrevistados, duas questões mereceram destaque: aumento do capital para investimento (68%) e a condições para a expansão do negócio (32%).

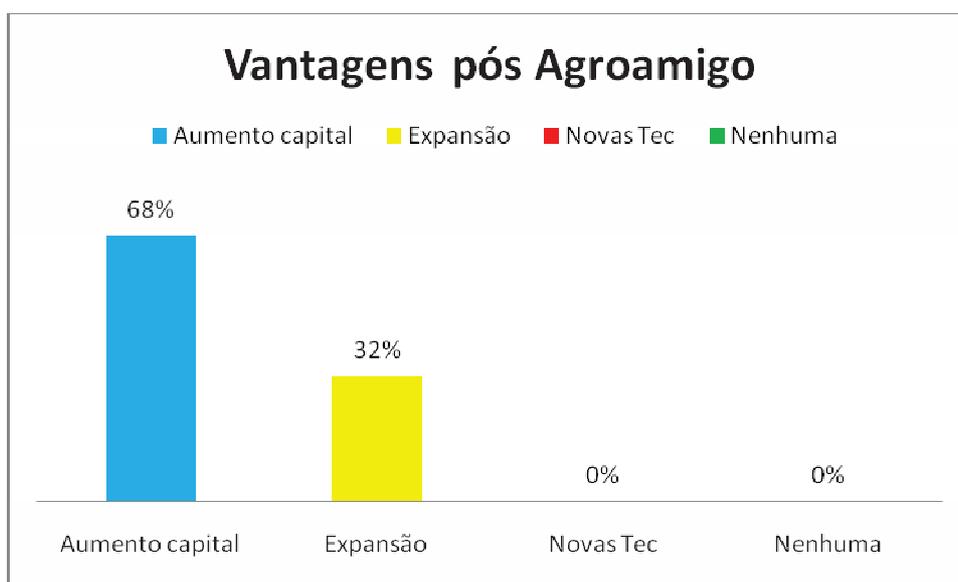


Gráfico 11: Vantagens após adesão ao Programa AgroAmigo
Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

Vale destacar que o acesso a novas tecnologias induz ao pré-conhecimento acerca disto, bem como a demanda de um capital maior do que a linha financiada, visto que os equipamentos para o trato com a terra e atividades agrícolas, como um todo, são bens de grande valor no mercado.

As desvantagens também foram medidas pelo estudo. De forma que a maior parte dos entrevistados apontou não considerar nenhuma desvantagem (68%).

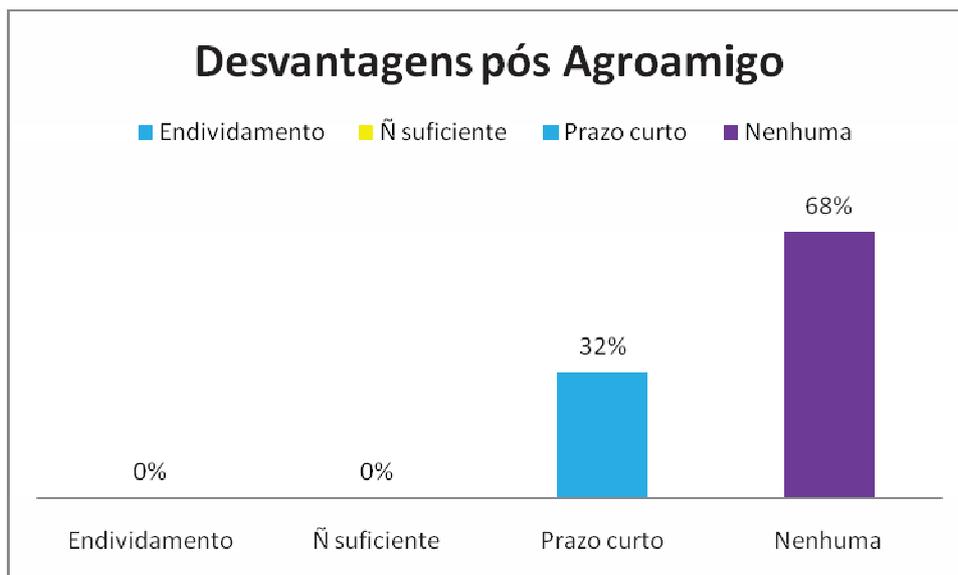


Gráfico 12: Desvantagens após a adesão do Programa AgroAmigo
 Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

As desvantagens apontadas denotam que, apesar da maior parte está satisfeita com as condições imposta pela instituição para prover o empréstimo, ainda há uma parcela bastante considerável que se encontra insatisfeita em razão do prazo para quitação da dívida, aferida por este ser um tempo curto. Isso porque a faixa de renda dessas pessoas opera em valores muito baixos, estando estes alocados no patamar de classificação de classe econômica “E”, de acordo com a FGV (2009); logo assumir prestações para a quitação de empréstimos significa afirmar que estas pessoas estão deixando de gastar com bens de consumo para quitar seus compromissos, mesmo que o empréstimo signifique, na maior parte das vezes, a única condição de continuidade ou crescimento para esses empreendedores.

No entanto, segundo a totalidade dos entrevistados afirmou deter de boas condições de trabalho em função dos equipamentos para a realização das atividades trabalhistas.

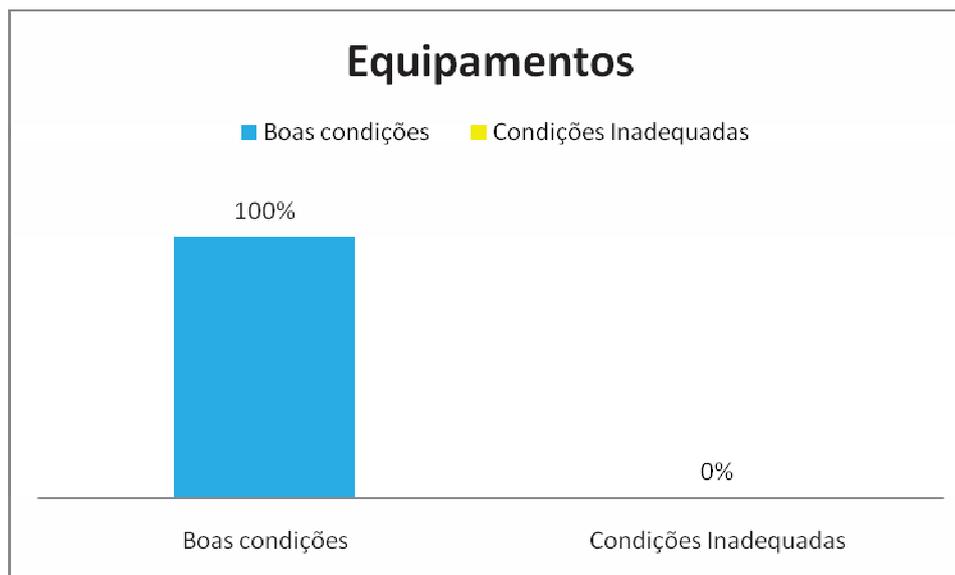


Gráfico 13: Condições concernentes aos equipamentos
 Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

A importância deste conhecimento é dada no sentido de que as condições de trabalho determinam uma variável fundamental para a garantia da qualidade de vida das pessoas. Assim como afirma França (1996) a satisfação das pessoas com suas atividades laborais se condicionam ao ambiente, a promoção de saúde, aos equipamentos e técnicas que se detém para a realização das mesmas. Entre as vantagens que esta condição acarreta tem-se: a redução da fadiga, a integração entre os companheiros de atividade, aumento da produtividade e a segurança no ambiente de trabalho.

Por fim, buscou-se determinar os indicadores de qualidade de vida após a adesão ao Programa AgroAmigo

4.4 OS INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA PÓS-ADESÃO AO PROGRAMA AGROAMIGO

Também nesta etapa do estudo foi necessário realizar uma análise comparativa das condições de vida antes e depois da adesão ao Programa AgroAmigo em relação à renda, educação, saúde, lazer, aquisição de bens móveis e imóveis para entender as implicações na qualidade de vida dos entrevistados.

As condições de renda foram o primeiro assunto tratado nessa seção. Dos 43 entrevistados tem-se que 30 explicitaram que as suas rendas antes e depois do programa foram alteradas. Contudo, nem todos souberam afirmar de maneira exata, em números, o

valor desta mudança. Resumindo-se a 10 participantes que puderam informar, e que se apresenta no quadro 05 na sequência. De forma que em conformidade ao preenchido pelos entrevistados tem-se que a maioria considera que essa variável sofreu melhorias (82%).

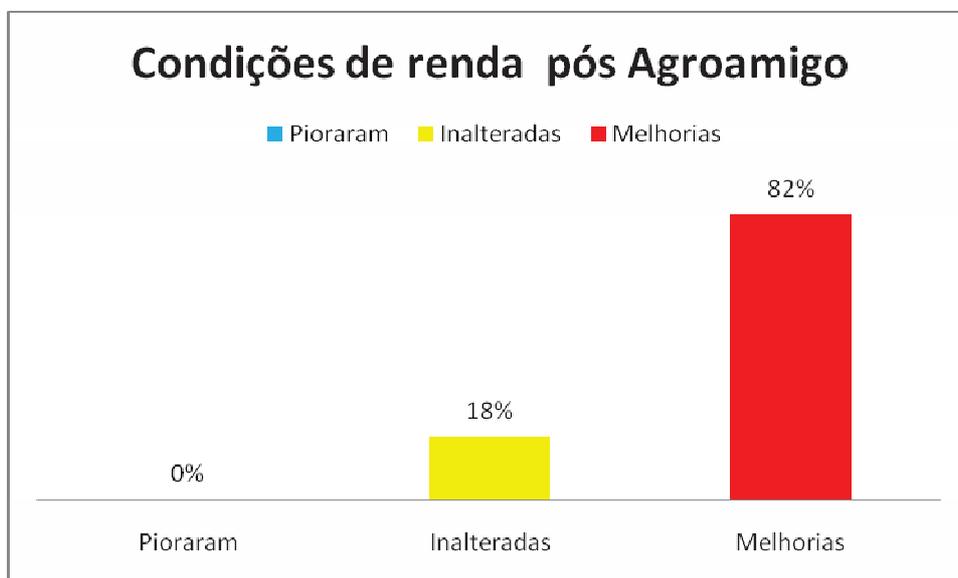


Gráfico 14: Condições de renda pós-adesão ao Programa AgroAmigo
Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

Também era interesse da pesquisa determinar percentualmente o crescimento do rendimento dos mesmos, visto que as condições de renda é uma variável de grande importância na determinação da qualidade de vida dos indivíduos e pode ter implicações diretas em outras esferas da vida.

Faz-se pertinente ressaltar também que, na maioria dos casos, eles não sabiam declarar o valor exato de suas rendas, isso porque a produção resultante de seu trabalho é destinada tanto para o próprio sustento ou parte dele, quanto para ser vendida para as cidades vizinhas, e a partir daí arrecadam dinheiro para as demais necessidades. Ainda assim eles possuem uma estimativa aproximada deste valor, uma vez que esta renda é oscilante. Em meses de alta produtividade podem variar para mais e em meses de escassez produtiva podem variar para menos. Vejamos o quadro abaixo:

Entrevistado	Renda anterior ao Programa	Renda atual	% de Crescimento
Entrevistado 1	Aprox. 110,00*	Aprox. 150,00*	37%
Entrevistado 2	Aprox. 240,00*	Aprox. 324,00*	35%
Entrevistado 3	Aprox. 175,00*	Aprox. 230,00*	35%
Entrevistado 4	Aprox. 430,00*	Aprox. 559,00*	30%
Entrevistado 5	Aprox. 250,00*	Aprox. 325,00*	35%
Entrevistado 6	Aprox. 456,00*	Aprox. 520,00*	15%
Entrevistado 7	Aprox. 1.200,00*	Aprox. 1.260,00*	5%
Entrevistado 9	Aprox. 900,00*	Aprox. 1.035,00*	15%
Entrevistado 10	Aprox. 2500,00*	Aprox. 3.375,00*	10%

Quadro 05: Análise comparativa da renda antes e depois da adesão ao Programa
 Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

Verificou-se que o crescimento percentual mais significativo foi dado pelas pessoas de menor renda. A explicação para essa variável ter apresentado este comportamento pode estar associada ao fato de que uma vez que a renda seja pequena, o montante destinado ao empréstimo se torna mais significativo e mais impactante na renda final do empreendedor. Enquanto que em relação aos empreendedores com melhores condições de renda o impacto do investimento foi menor.

A aquisição de animais, novos maquinários e novas tecnologias também fizeram parte desta avaliação promovida pelo estudo. Os dados apontam para a compra de Animais (63%) como o principal benefício adotado após adesão ao Programa AgroAmigo. Conforme gráfico abaixo:

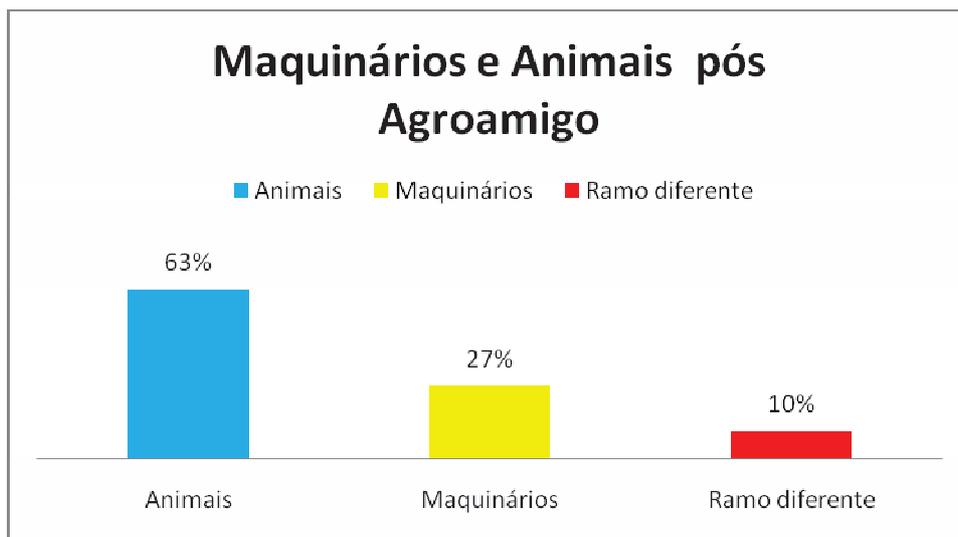


Gráfico 15: Maquinários e animais pós-adesão ao Programa AgroAmigo
Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

A compra de animais é um fator que pode influenciar na qualidade de vida, pois facilita a realização das atividades trabalhistas dos indivíduos. Considerando ser a amostra selecionada formada por pequenos produtores rurais, a compra de animais na maior parte das vezes auxilia mais do que o uso de tecnologias sofisticadas (a exemplo de maquinários modernos utilizados em grandes lavouras), isso porque nessas propriedades é comum que as atividades sejam realizadas de forma bastante simplificada e as ferramentas ainda sejam incipientes. Outro fator importante, nessas localidades, pode ser aquisição de animais para o próprio sustento no completo alimentar.

Os bens e imóveis foram a questão seguinte. Quando se analisa os bens de consumo duráveis (Tv's, geladeiras, som, meios de transporte etc.) observa-se que as condições de consumo dos entrevistados foram alteradas, conforme o preenchimento do instrumento deste estudo. De forma que para ilustrar melhor as condições obtidas pelos entrevistados apresenta-se a seguir o quadro 06.

Bens de consumo durável	Número de entrevistados beneficiados	Percentual do total da amostra
Geladeira	4	9,3%
Aparelho de som	7	16%
Aparelho de TV	5	12%
Aparelhos DVD	11	25%
Utensílios domésticos	9	21%
Computadores	2	5%
Aparelhos eletrônicos	1	4%
Bicicletas	13	30%
Motocicletas	1	4%
Outros	-	-

Quadro 06: Bens de consumo adquiridos pós-adesão ao Programa
 Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

No entanto, a questão tem um aspecto interessante visto que a maior parte dos entrevistados demarcou que esta variável (aquisição de bens móveis e imóveis) não sofreu mudanças significativas em função dos imóveis. Assim, da totalidade dos entrevistados, nenhum ainda pôde realizar a compra de um imóvel, conforme gráfico abaixo:

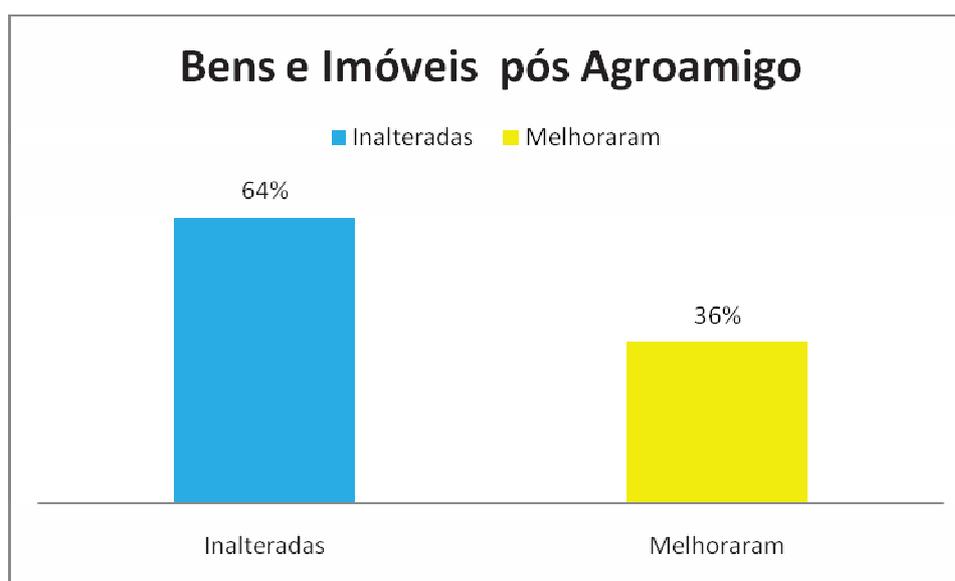


Gráfico 16: Bens e imóveis pós-adesão ao Programa AgroAmigo
 Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

Analisadas as variáveis que envolviam os bens de consumo, a pesquisa parte para um detalhamento das condições e qualidade de vida frente ao lazer, educação dos dependentes e o tratamento com a saúde.

Sobre as condições de lazer foi possível observar que a maior parte dos entrevistados considera que suas condições de lazer permanecem inalteradas (63%).

A realidade denotada pelo instrumento da pesquisa direta aponta para uma melhora na renda dessas pessoas, mas sem que isso indique necessariamente uma mudança consistente na qualidade de vida, ao ser observado os percentuais explorados pelo estudo realizado a partir da indicação dos sujeitos da pesquisa.

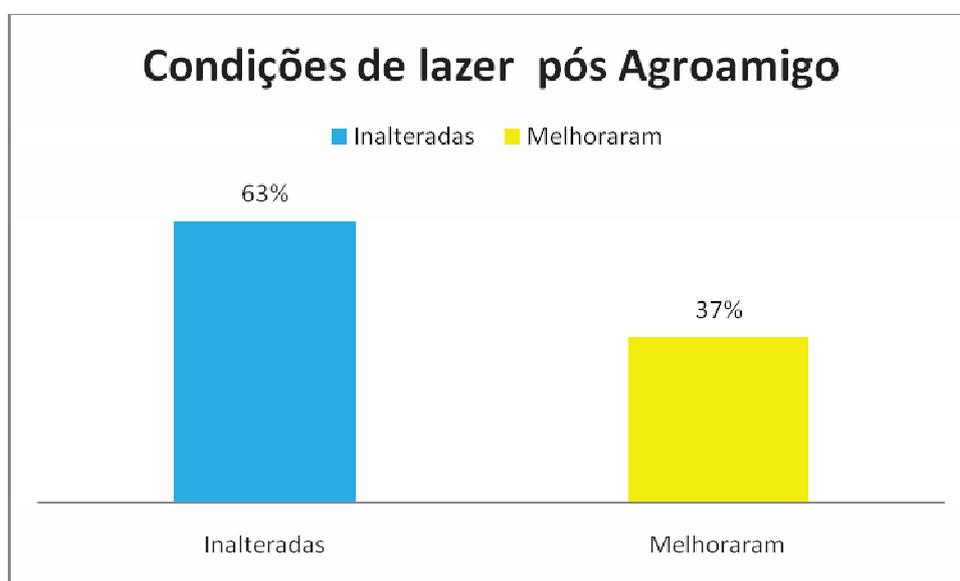


Gráfico 17: Condições de lazer pós-adesão ao Programa AgroAmigo
Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

O lazer é uma variável de suma importância para o pleno desenvolvimento das pessoas em função de níveis favoráveis de saúde, bem estar e qualidade de vida (FERNANDES, 1996). Um indivíduo que realiza atividades profissionais durante o período semanal e toda a intensidade que essas ações exigem necessita de um período de descanso, podendo desfrutar de atividades prazerosas junto às suas famílias e /ou amigos.

O conceito de lazer base seguido pelo estudo denota a atividade na qual o indivíduo possa sentir-se livre de obrigações e tenha uma oportunidade de ação baseada no prazer. Assim, importante se faz lembrar a aceção de lazer relacionada ao conjunto de ocupações das quais se integram o indivíduo, o qual se integra de livre vontade para seu repouso, para sua própria recreação e entretenimento, ou ainda para o pleno desenvolvimento de sua formação e participação social voluntária ou para livrar-se das obrigações profissionais,

familiares e sociais (DUMAZEDIER,1976). O lazer ou repouso, nesse trabalho, ainda pode ser entendido como o desempenho de um trabalho prazeroso, geralmente, diferente da atividade desempenhada nos dias de semana.

Segundo a realidade encontrada através da pesquisa direta verificou-se que essas condições não se apresentam de forma favorável à qualidade de vida dos entrevistados. Certamente, este quesito merece maior atenção e demonstra que as políticas públicas apresentam um hiato neste sentido, isto porque é dever do Estado a garantia de condições de segurança, lazer, saúde, educação, etc.

Dentro dos que assinalaram deter de atividades de lazer ou repouso foi possível determinar quais atividades esses indivíduos têm acesso. Importante perceber que grande parte da totalidade entrevistada (55%) afirmaram que não possuem nenhum tipo de atividade de lazer. De forma que a maior parte dos sujeitos da pesquisa apontaram as reuniões em casas de amigos (18%) como principal atividade.

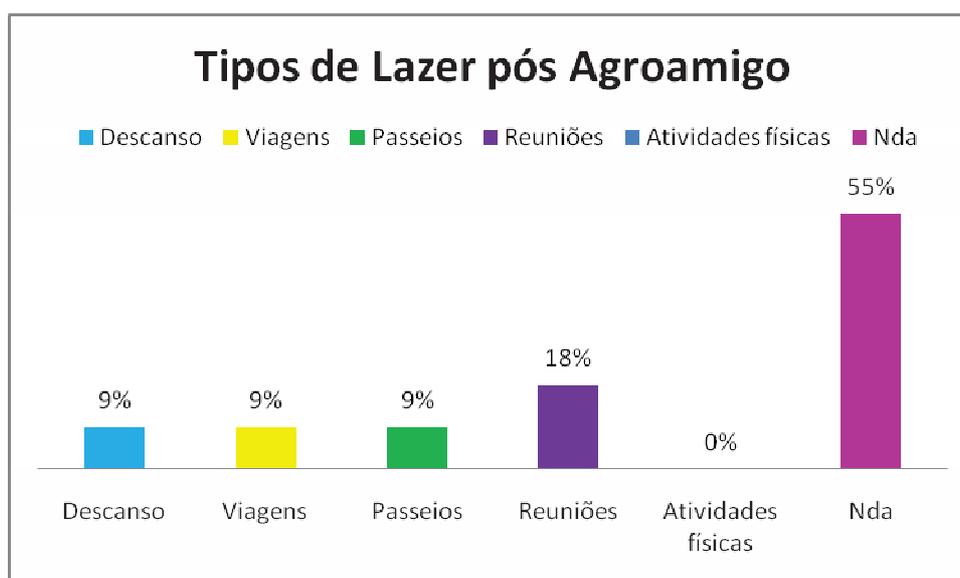


Gráfico 18: Tipos de lazer pós-adesão ao Programa AgroAmigo
Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

A reunião na casa dos amigos se configura como uma forma que os entrevistados tem de descansar do labor cotidiano, podendo desfrutar ao lado de suas famílias e grupo de amigos de um momento de lazer. Os entrevistados relataram que praticam mais este tipo de lazer em função do custo, já que ‘passeios pela região’ e viagens seria bastante oneroso para suas rendas diminutas. Importante, ainda relembrar, que grande parte da totalidade entrevistada (55%) afirmou que não possuem nenhum tipo de atividade de lazer.

A mudança nas condições e qualidade de vida dos dependentes também foi uma questão explorada pela pesquisa em relação à educação. De forma que a maior parte dos entrevistados afirmou que os filhos permanecem na mesma escola após a adesão ao programa.

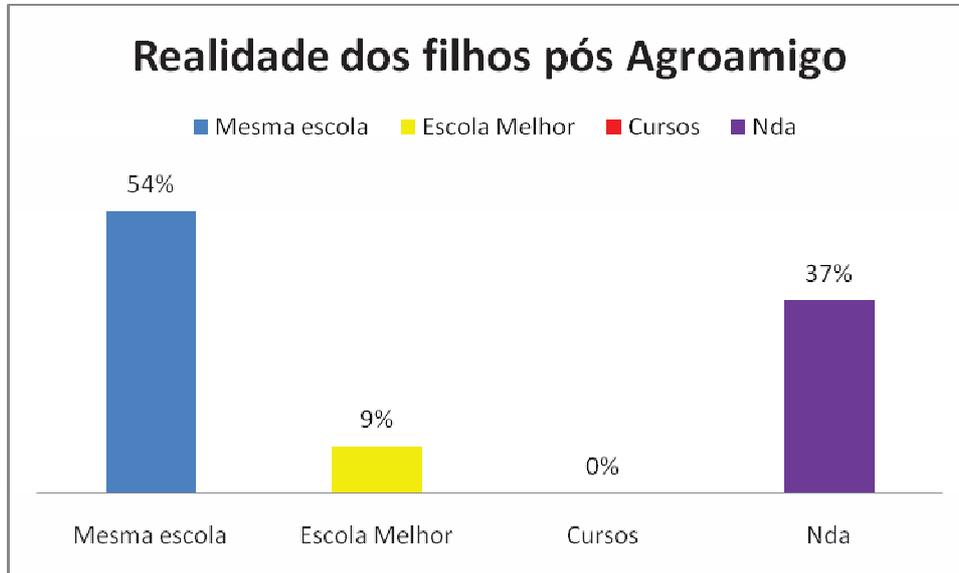


Gráfico 19: Realidade dos filhos pós-adesão ao Programa AgroAmigo
Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

A última questão da pesquisa deu-se em função das condições de cuidado com a saúde. Pode-se por meio do questionário notar que a totalidade dos entrevistados faz uso do Sistema Único de Saúde (SUS), tanto individual, quanto a sua família.

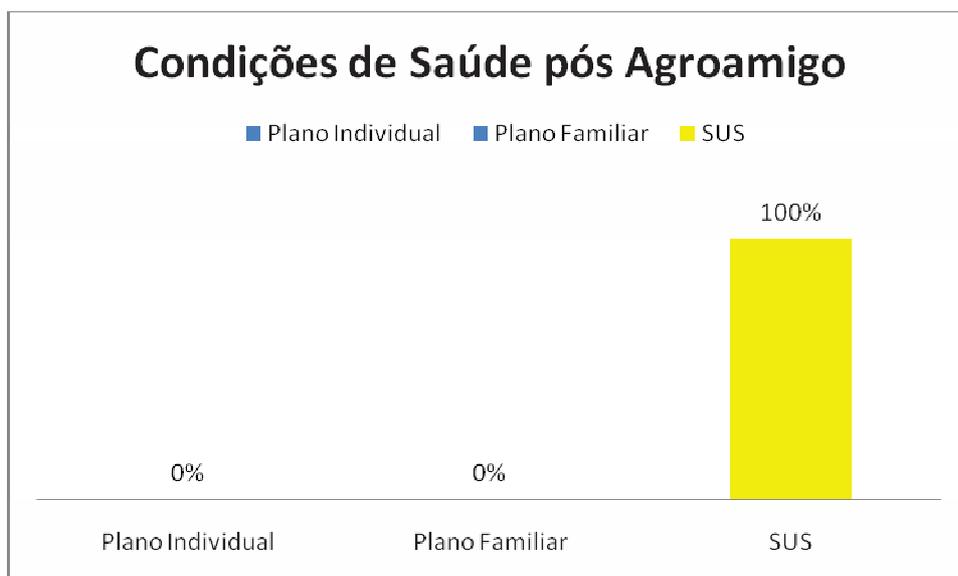


Gráfico 20: Condições de saúde pós-adesão ao Programa AgroAmigo
Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

A pesquisa relatou em conformidade com os dados colhidos que a totalidade da população pesquisada é usuária do Sistema Único de Saúde, ficando a mercê das variabilidades que envolvem o serviço.

Desta forma, diante dos dados obtidos através de questionário e de depoimentos, pode-se afirmar que após a adesão ao Programa AgroAmigo houve uma melhoria nas condições de renda, porém essa melhoria se mostrou incapaz dos colaboradores passarem para outra classe econômica (considerando o parâmetro estabelecido pela FGV, 2009). Sobre as outras esferas que envolvem a qualidade de vida pode-se afirmar que as condições de saúde, lazer, estudos, aquisição de imóveis permaneceram similares às condições anteriores a adesão ao Programa AgroAmigo. Nesse caso, o aumento na renda não significou necessariamente mudança nas outras esferas da vida, tampouco na qualidade de vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui desenvolvido se propôs realizar uma análise do Programa AgroAmigo do BNB na visão dos usuários do município do Conde, PB. A presente pesquisa foi desenvolvida junto aos microempreendedores participantes do Programa AgroAmigo do Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com o intuito de avaliar a realidade vivenciada por estes indivíduos. Inicialmente, buscou-se determinar o perfil dos participantes da pesquisa e as características do Programa percebidas por estes indivíduos.

Retomando os principais pontos discutidos na pesquisa, foi possível denotar que do total de participantes da pesquisa (43 pessoas), a maior parte é formada por mulheres, entre 18 a 39 anos, investidoras do município no Conde. É comum perceber na região que, apesar de ser força constante de trabalho, a mulher dentro do contexto familiar não é considerada uma força operacional, muitas vezes sendo reduzida ao papel de ajudante, trabalhando gratuitamente, mas tendo a função não oficial de auxiliar no sustento do lar. Dentro deste contexto, vale destacar também, que a mulher deixa de fazer parte de forma oficial da População Economicamente Ativa (PEA).

Essa realidade se repete mesmo quando é ela a detentora do crédito concedido pela instituição, sendo o cônjuge (quando se trata de uma mulher que tenha contraído matrimônio) aquele quem responde pelo emprego da renda obtida pela produção familiar. Além disso, é bastante comum ainda encontrar casos em que o esposo é o responsável por terceiras tarefas sendo papel da mulher e dos filhos menores o cuidado com as lavouras e animais. Dentre a amostra selecionada o resultado mais comum foi de mulheres com até dois filhos.

O fato de, na maior parte das realidades percebidas, a produção, quer agrícola, quer na criação de animais, entre outras, serem destinada ao sustento familiar, faz com que a jornada de trabalho seja mais extensa ao longo dos anos de vida destes atores sociais. Isto porque são atividades passadas de pai para filho e vão se desenvolvendo em um processo como parte do costume local entre as partes. Sendo a ideia da continuidade arraigada socialmente entre estes indivíduos, as pessoas no campo começam a trabalhar muito cedo e deixam de trabalhar muito mais tardiamente.

Outra questão pertinente apresentada na pesquisa foi em razão da faixa de renda destas pessoas. Trata-se de pessoas pertencente à Classe E, conforme parâmetros definidos pela FGV (2009). São pessoas, de renda bastante diminuta e que possuem grandes dificuldades em manter ou melhorar a condições de vida, esse fato tem implicação direta nas outras esferas da vida e, portanto, na qualidade de vida desses atores sociais.

Ainda assim a faixa de valor financiado foi a linha máxima até 2.500,00 reais, isso por conta das condições de acesso ao crédito, como também este é um valor que parece possibilitar a continuidade das atividades produzidas por estes indivíduos.

O terceiro objetivo específico da pesquisa foi formulado a partir da ideia de perceber a atuação do Programa sobre o negócio do indivíduo pesquisado. Assim, foi possível determinar as vantagens e as desvantagens frente à linha pesquisada. O aumento de capital foi a principal fonte de vantagens e o prazo foi considerado por muitos colaboradores pequeno.

Conforme foi apresentado na discussão teórica, o microcrédito corresponde a um modelo de política pública para o combate à pobreza, por meio do desenvolvimento de medidas para o crescimento das localidades. De acordo com os conceitos definidos por diferentes autores mencionados nesse trabalho, o microcrédito aparece como uma ferramenta eficaz para a elaboração de um programa de geração de emprego e renda. A partir dos resultados gerados por este processo se pode ter contribuições para a melhoria das populações mais carentes, acrescentando na vida destas pessoas condições para integração do processo de produção e alcance de melhorias nas condições de renda e na qualidade de vida.

No entanto, pode-se perceber ao abordar algumas esferas da vida e as implicações na qualidade de vida dos microempreendedores do município do Conde, que de acordo com as variáveis consideradas pelo estudo, a mudança gerada após a adesão ao Programa AgroAmigo se deu em relação ao aumento das rendas dos pesquisados. Por outro lado, a qualidade de vida vigora em um conceito muito mais amplo e que vai além desta condição, perpassando aspectos culturais, sociais e também econômicos e que ainda não sofreram uma mudança significativa na vida destas pessoas.

Desse modo, apesar da condição de renda ter sofrido melhoria, segundo os usuários, esse ganho não foi suficiente para uma mudança de classe econômica e na qualidade de vida, conforme as demais variáveis pesquisadas (educação, saúde, lazer, aquisição de bens móveis e imóveis) que permaneceram entre inalteradas ou sofreram pequenas mudanças.

REFERÊNCIAS

- ABQV - Associação Brasileira de Qualidade de Vida. **Qualidade de vida no trabalho**: uma opção inteligente. W. N. Burton; P. W. Brandt-Rauf, 2008.
- AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização do desenvolvimento econômico regional e local. In: **Planejamento e Políticas Públicas**. n. 23. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- ARAÚJO, Antonio Carlos Brito; LIMA, Weruska Maria C. Maciel de Araújo. **Políticas públicas**: lixo e cidadania para um desenvolvimento sustentável. Recife: UFPE, 2008.
- ASSUMPÇÃO, Francisco B., KUCZYNSKI, Evelyn, SPROVIERI, Maria Helena, et al. **Escala de Avaliação de Qualidade de Vida**. Arquivo Neuropsiquiatria, V. 58, N.1, março, 2000.
- BADESC. **Microcrédito de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://badesc.gov.br/microcredito>. Acesso em: 10 mar. de 2012.
- BANCO DO BRASIL. **Microcrédito Produtivo e Orientado**. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page47,108,7514,8,0,1,2.bb?codigoMenu=113&codigoNoticia=30912&codigoRet=15940&bread=7>>. Acesso em: 10 mar. 2012.
- BDMG. **Microempreendimentos**. Disponível em: <http://www.bdmg.mg.gov.br/financiamentos/solucoesfinanceiras/microcredito/Paginas/microcredito_imf.aspx>. Acesso em: 10 mar. 2012.
- BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Microcrédito**. 2009. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=35478554>>. Acesso em: 22 jan. 2012.
- _____. **BID e a oferta de Microcrédito no Brasil**. Disponível em: <http://www.redemicrocredito.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=197:bid-firma-parcerias-para-oferta-de-microcredito-no-brasil&catid=6:novidades&Itemid=7>. Acesso em: 10 mar. 2012.
- BNB. Banco do Nordeste do Brasil. **Programa AgroAmigo**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/AgroAmigo/gerados/apresentacao.asp>. Acesso em: 22 jan. 2012.
- BNB. **O Programa AgroAmigo**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/agroamigo/gerados/apresentacao.asp>. Acesso em: 10 mar. 2012.
- BNDES. **Programa BNDES de microcrédito**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/Microcredito/index.html>. Acesso em: 10 mar. 2012.
- BRASIL, Portal do MEC – Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 22 abr. 2012.

BRASIL, Portal MEC – PNAD (2005). **Tabela 3 – Pessoas de 10 Anos de Idade ou Mais, Economicamente Ativas e Ocupadas**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12599&Itemid=86>. Acesso em: 22 abr. 2012.

BRUSCHINI, M. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos**. Cadernos de Pesquisa V.37. N. 132 São Paulo Sept./Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742007000300003&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 22. abr. 2012.

BUARQUE, S. C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**. Metodologia de

CABRAL, Cleomar Felipe. **Meu tempo, meu lugar: trabalho, cultura e memórias de antigos moradores de Tambaú**. [Dissertação]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2005.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Microcrédito Produtivo e Orientado Crescer na Caixa**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/Credito/mpo_crescer/index.asp>. Acesso em: 10 mar. 2012.

CARVALHO, Adriana. **Microcrédito no Brasil ainda é pouco desenvolvido**. 2001. Disponível em: <<http://www.geranegocio.com.br/html/geral/p21b-m.html#2>>. Acesso em: 22 jan. 2012.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 962-969, set./out. 2003.

DANTAS, Valdi. **A tecnologia do microcrédito produtivo e orientado**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnmpo/tecnologia_do_mcpo_fomatado.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2012.

DINIZ, Clélio C. **Global-Local: interdependências e desigualdades ou notas para uma política tecnológica e industrial regionalizada no Brasil**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2000. (Nota Técnica, 9).

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FAMUP – Federação das Associações de Municípios da Paraíba (2010). **IDH dos**

Municípios da Paraíba. Disponível em:

<<http://www.famup.com.br/index.php?run=idh&op=alf>>. Acesso em: 11 abr. 2012.

FGV – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Classe C: é a única que continua a crescer**.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/935502-classe-c-e-a-unica-que-continua-a-crescer-aponta-fgv.shtml>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

FINATTO, Roberto Antônio; SALAMONI, Giancarla. **Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS**. Soc. nat. (Online), Uberlândia, v. 20, n. 2. Dez. 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198245132008000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jan. 2012.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida, LEAL, Ondina Fachel, LOUZADA, Sergio et al. Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial de Saúde (WHOQOL -100). **Revista Brasileira de Psiquiatria**, V. 21, N. 1, 1999.

FRANÇA, A. C. L. **Indicadores Empresariais de Qualidade de Vida**: Esforço empresarial e satisfação dos empregados no ambiente de manufaturas com a certificação ISO 9000. Tese de doutorado, São Paulo: FEA-USP, 1996. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/tcc/trabalhos/artigo_PatriciaJuliao.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/33784/governo-divulga-pib-dos-municipios-paraibanos.html>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

GÜNTHER, Hartmut. **Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa**: esta é a questão? v. 22, n. 2. Brasília: UNB – Universidade de Brasília, 2006, p. 201-210.

IBGE CIDADES. **Destacando o Município do Conde**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=250460#>>. Acesso em: 10 mai. 2012.

IBGE, Censo Demográfico 2010 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003. NOTA: A estimativa do consumo para a geração destes indicadores foi obtida utilizando o método da estimativa de pequenas áreas dos autores Elbers, Lanjouw e Lanjouw (2002).

LAKATOS, E. N.; MARCONI, M. D. A. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MACIEL, E. S. **Qualidade de vida**: análise da influência do consumo de alimentos e estilo de vida [dissertação]. Piracicaba: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo; 2006.

MATOS, Olga. As formas modernas do atraso. **Folha de São Paulo, Primeiro Caderno**. 27 de setembro, p. 03.

MAZZEI, Rodrigo. **Crescer**: Programa Nacional de Microcrédito. Disponível em: <<http://sebraemgcomvoce.wordpress.com/2011/09/06/crescer-programa-nacional-de-microcredito/>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

MET – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO**, 2008. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cts=1331253874062&sqi=2&ved=0CDYQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.mte.gov.br%2F&ei=OFJZT6m_IsOJgwf6rZiiCw&usg=AFQjCNF4d0vF6vIjdHuufg02M9KFZmmztQ>. Acesso em: 12 jan. 2012.

MIGUEL, Adriano. **O Índice De Desenvolvimento Humano – IDH**. (2011). Disponível em: <<http://adrianoaquino.blogspot.com.br/p/noticias.html>>. Acesso em: 22 Abr. 2012.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário**. Ciência e Saúde Coletiva, Janeiro – Março, Ano/V. 5. N.01. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, Brasil, 2000, p. 7-18.

OLIVEIRA J. A. C. **Qualidade de vida e desempenho acadêmico de graduandos** [tese]. Campinas: Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2006. Planejamento. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2004.

Portal do MEC – **Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DO CONDE. **Microregiões do município pesquisado**. Disponível em: <<http://www.condepb.com/site/>>. Acesso em: 10 maio. 2012.

SANTANDER. **Oferecer crédito para incluir as pessoas**. Disponível em: <<http://sustentabilidade.santander.com.br/oquefazemos/produtoseservicos/Paginas/Microcredito.aspx>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

SEBRAE. **Crédito Orientado para Empreendedor Individual**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/uasf/onde-buscar-credito/tomadores-de-microcredito>>. Acesso: 10 mar. 2012.

SILVA, Lúcia de Fátima B. da. **Programa de microcrédito do Banco do Nordeste. Belém: Banco Central do Brasil (Anais do Seminário sobre Microfinanças do Banco Central)**, 2003. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?MICROFIN>>. Acesso em: 22 abr. 2012.

STOEF, Ronicley Teurry. **Microcrédito no Brasil: o trabalho informal na era dos serviços**. UNIOESTE. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IIseminario/trabalhos/Microcr%C3%A9dito%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

WIKIPEDIA. **Mapa da Paraíba destacando o Município do Conde**. (2012) Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Paraiba_Municip_Conde.svg>. Acesso em: 10 mai. 2012.

ZUPPI, Marçal e SANTIAGO, Thaís. **Segurança e Saúde de Trabalhador Rural**. XIV Reunião Itinerante de Fitossanidade do Instituto Biológico Plantas Ornamentais Pariquera – Açu, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.biologico.sp.gov.br/rifib/XIVRifib/zuppi.PDF>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

ANEXO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA
O PROGRAMA AGROAMIGO DO BNB: UMA ALTERNATIVA DE POLÍTICA
PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA PARAÍBA

Município: _____

1. o perfil

a) Sexo:

- Mas
 Fem

b) Idade:

- 18 a 28 anos
 29 a 39 anos
 40 a 50 anos
 51 a 61 anos
 Acima de 61 anos

c) Estado Civil

- Solteiro
 Casado
 Divorciado
 Viúvo

d) Faixa Etária do cônjuge

- 18 a 28 anos
 29 a 39 anos
 40 a 50 anos
 51 a 61 anos
 Acima de 61 anos

e) O cônjuge trabalha

- Não
 Sim, na mesma atividade que eu
 Sim, em uma atividade diferente da minha.

Qual? _____

f) O senhor (a) possui filhos

- Não
 Sim.

Quantos? _____

g) Faixa Etária dos filhos (*dependendo da distribuição dos filhos, favor considerar mais de uma alternativa*)

- 1 a 4 anos
 Entre 5 a 9 anos
 10 a 14 anos
 15 a 18 anos

- Maiores de 18 anos e **AINDA** dependem mais da renda familiar
 Maiores de 18 anos e **NÃO** dependem mais da renda familiar

h) Considerando os seus filhos preencha abaixo os dados referentes

Filho (Sexo/Idade)	Fase escolar (série/ Esc. Pública ou Privada)	Exercendo atividade profissional (em que?)
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		

i) Atividades de negócio exercidas (Por setor de atividade)

- Extrativismo
 Agricultura
 Pecuária
 Serviços

Dentro do setor escolhido, especifique o ramo de atividade:

j) A respeito da propriedade onde o senhor realiza as suas atividades de negócio. O senhor (a) possui propriedade:

- Própria
 Arrendada
 Alugada

k) Faixa de renda Atual⁸

- Menor que R\$ 705,00
 Entre R\$ 705,00 a 1.126,00
 Entre R\$ 1.126,00 a 4.854,00
 Acima de 4.854,00

2 Sobre o Programa AgroAmigo

a) Qual a faixa do valor financiado?

- Até 500,00
 de 501,00 a 800,00
 801,00 a 1.000,00
 1.501,00 a 2.000,00
 2.001,00 a 2.500,00

b) Obedecendo ao prazo de:

⁸ Considerando os índices que dividem as classes econômicas no Brasil pela FGV – Fundação Getúlio Vargas: Classe A: Acima de R\$6.329,00; Classe B: de R\$4.854,00 a R\$6.329,00; Classe C: de R\$1.126,00 a R\$4.854,00; Classe D: de R\$705,00 a R\$1.126,00 e Classe E: de R\$0,00 a de R\$705,00

- Até 1 ano
- 1 a 1,5 ano
- 1,5 a 2 anos

3 a atuação do Programa AgroAmigo sobre os negócios

a) Na sua opinião quais as vantagens o(a) Senhor(a) obteve nos negócios após a sua participação no Programa Agroamigo do BNB?

- Aumento do capital para investimento
- Expansão do negócio
- Acesso a novas tecnologias
- Nenhuma
- Outras.

Quais? _____

b) Quais desvantagens o senhor (a) considera haver após a adesão ao Programa?

- Endividamento
- O investimento não foi suficiente para a aplicação que desejava fazer
- O prazo oferecido foi curto
- Nenhuma
- Outras.

Quais? _____

c) A respeito das suas condições da estrutura da propriedade e condições de trabalho (equipamentos). O senhor (a) considera deter:

- Boas condições no que se refere à estrutura e equipamentos suficientes e adequados para exercer minhas atividades
- Condições inadequadas no que se refere à estrutura e equipamentos insuficientes para exercer minhas atividades

4 Analisando os indicadores de qualidade de vida após adesão ao Programa AgroAmigo

a) Comparando o período anterior à adesão ao Programa com os dias atuais. O senhor pode-nos afirmar que:

- Minhas condições de renda pioraram
- Minhas condições de renda permanecem inalteradas.
- Melhorias no que diz respeito as condições de renda.

Qual a renda anterior ao programa? _____

b) Comparando período anterior à adesão do Programa com os dias atuais. O senhor pode-nos afirmar que:

- Comprei animais
- Comprei novos maquinários
- Passei a investir em outro ramo de negócio diferente do meu.

Qual? _____

c) Comparando período anterior à adesão do Programa com os dias atuais. O senhor pode-nos afirmar que:

] Minhas condições em relação a compra de bens móveis e imóveis permaneceram inalteradas

] Minhas condições em relação a compra de bens móveis e imóveis melhoraram

Quais bens móveis o senhor passou a possuir após a adesão ao Programa:

] Transporte (Bicicleta, moto, carro, etc)

] Geladeira

] Tv

] Computador

] Som

] Outros. Quais? _____

Quais os bens imóveis o senhor passou a possuir após adesão ao Programa:

] Casa

] Lotes (Terrenos)

] Outros. Quais? _____

d) Comparando o período anterior à adesão do Programa com os dias atuais. O senhor pode-nos afirmar que:

] Minhas condições de lazer e descanso permanecem inalteradas

] Minhas condições de lazer e descanso melhoraram

Qual tipo de lazer o senhor passou a desfrutar após a adesão ao Programa:

] Descanso semanal (uma ou duas vezes/semana)

] Viagens

] Passeios dentro da localidade

] Reuniões com os amigos (almoços, jantares, festas, etc)

] Prática de atividades físicas

e) Comparando o período anterior à adesão do Programa com os dias atuais. O senhor pode-nos afirmar (*favor considerar mais de uma resposta, caso seja necessário*):

] Meus filhos em idade escolar permanecem estudando na mesma escola

] Meus filhos em idade escolar estão em uma escola melhor do que antes da adesão ao Programa

] Meus filhos passaram a fazer cursos. Quais? _____

(informática, idiomas, profissionalizante, técnico, pré-vestibular)

] NDA. Nada foi alterado

f) Comparando o período anterior à adesão do Programa com os dias atuais. O senhor pode-nos afirmar:

] Aderi a um plano de saúde particular individual

] Aderi a um plano de saúde particular familiar

] Uso do SUS – Sistema Único de Saúde